

**Instituto Politécnico de Setúbal**



**Escola Superior Ciências Empresariais**

# **Passivo Ambiental: Estudo de Caso**

Sara Isabel Catarino Dias

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau  
de

**Mestre em Contabilidade e Finanças**

Orientador: Professor Doutor Francisco Carreira

Setúbal, 2016



## **Dedicatória**

Dedico este trabalho ao meu marido, à família e aos amigos, que sempre me deram muita força. Muito Obrigado!

## **Agradecimentos**

Agradeço ao meu orientador, Professor Doutor Francisco Carreira, por todas as sugestões e contributos, bem como pela sua postura de ânimo e boa disposição constante.

A toda a minha família, pelo apoio incondicional e encorajamento que me deram ao longo de todo o meu percurso de vida. São desde sempre o meu pilar, nos bons e maus momentos, e no fim de tudo vibram com os meus êxitos.

Um agradecimento especial ao meu marido pela compreensão, paciência e incentivo. Agradeço tudo o que me transmite, força, energia, coragem e amor, que se revelaram suportes imprescindíveis para atingir este objetivo.

Aos meus amigos de sempre e aos novos amigos, um manifesto de profundo reconhecimento, pois sem eles todo este percurso seria bem mais difícil.

Um agradecimento especial à Carla Rodrigues, Rute Cordeiro e Liliana Pedro por todo o apoio, pelas palavras de ânimo e incentivo para nunca desistir.

A todos que, direta ou indiretamente participaram na minha vida e acreditaram em mim o meu sincero obrigado.

Muito Obrigado!

## Índice Geral

Dedicatória -----	ii
Agradecimentos -----	iii
Índice Geral -----	iv
Índice de Quadros e Gráficos -----	vi
Lista de Siglas e Abreviaturas -----	vii
Resumo -----	ix
Abstract -----	x
Introdução -----	1
PARTE I – REVISÃO DE LITERATURA -----	3
1. A Importância e a Evolução da Contabilidade Ambiental -----	3
2. Conceito de Contabilidade Ambiental -----	8
3. Vantagens e Limitações da Contabilidade Ambiental -----	9
4. Normativos Contabilísticos sobre Matérias Ambientais -----	12
4.1. Evolução -----	12
4.1.1. Comparação entre a DC 29 a Recomendação da Comissão Europeia de 30 Maio de 2001 e NCRF 26 -----	17
4.1.2. Comparação entre a IT 4 o Apêndice Direitos de Emissão de GEE da NCRF 26 e IFRIC 3 -----	18
4.1.3. Comparação entre NCRF 26 e a IAS 37 -----	19
4.2. Caracterização -----	21
4.2.1. Definições de Carácter Específico -----	22
5. Passivo Ambiental -----	23
5.1. Reconhecimento -----	23
5.1.1. De Passivos de Carácter Ambiental -----	23
5.1.2. Compensação de Passivos e Reembolsos esperados -----	24
5.1.3. De Dispêndios de Carácter Ambiental -----	24
5.1.4. Imparidades de Ativos -----	25
5.2. Mensuração -----	26
5.2.1. Passivos Ambientais -----	26
5.2.2. Provisões para Restauro de Locais Contaminados e Desmantelamento -----	26

5.2.3. Desconto dos Passivos Ambientais de Longo Prazo -----	26
5.3. Apresentação e Divulgação -----	27
PARTE II - ESTUDO DE CASO -----	28
6. Caraterização e Evolução do setor da construção em Portugal desde 1990 -----	28
6.1. Produto Interno Bruto (PIB) -----	33
6.2. Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) -----	36
6.3. O Índice de Preços no Consumidor (IPC) -----	37
6.4. O Mercado de Trabalho -----	38
6.5. Perspetivas do setor da construção em Portugal -----	39
7. Processo de Investigação -----	40
7.1. Metodologia -----	40
7.2. Estudo de caso -----	41
8. Análise e Discussão dos Resultados -----	42
8.1. Caracterização das Empresas -----	42
8.2. Breve análise da evolução das Empresas -----	44
8.3. Análise dos Aspetos Ambientais -----	51
Conclusão -----	61
Limitações e Perspetiva futura -----	63
Bibliografia -----	64
Anexos -----	70

## Índice de Quadros e Gráficos

Quadro 1: NIRF e Matérias Ambientais -----	13
Quadro 2: Produto Interno Bruto 2008/2015 – Variação Anual (%) -----	34
Quadro 3: Composição do Crescimento, em volume, do PIB (%) -----	34
Quadro 4: Evolução do VAB, em volume -----	34
Quadro 5: Evolução da Formação Bruta de Capital Fixo em Volume -----	36
Quadro 6: Divulgação de Informação Ambiental -----	51
Quadro 7: Reconhecimento dos Passivos Ambientais -----	53
Quadro 8: Mensuração de Passivos Ambientais -----	53
Quadro 9: Divulgação de Passivos Ambientais -----	54
Quadro 10: Gastos Ambientais e Peso relativo dos Passivo Ambientais -----	55
Quadro 11: Mapa de Provisões para Matérias Ambientais -----	58
Quadro 12: Peso relativo das Provisões Ambientais no Passivo -----	59
Gráfico 1: Estrutura Empresarial do Setor da Construção em Portugal 2012 -----	29
Gráfico 2: Peso do VAB da construção no VAB total (%) -----	35
Gráfico 3: Valor Acrescentado Bruto (taxa de variação homóloga %) -----	35
Gráfico 4: Peso da FBCF da construção na FBCF total (%) -----	36
Gráfico 5: Formação Bruta de Capital Fixo (taxas de variação homóloga %) -----	37
Gráfico 6: Índice Preços ao Consumidor em Portugal (Variação média anual) -----	38
Gráfico 7: População Empregada - variação homóloga (%) -----	39
Gráfico 8: Emprego na Construção/Emprego Total (%) -----	39
Gráfico 9: Evolução do Volume de Negócios, valores em euros -----	46
Gráfico 10: Evolução do Ativo, valores em euros -----	47
Gráfico 11: Evolução do Passivo, valores em euros -----	48
Gráfico 12: Evolução dos Capitais Próprios, valores em euros -----	49
Gráfico 13: Evolução do Resultado Líquido, valores em euros -----	50

## Lista de Siglas e Abreviaturas

AAAJ – Accounting, Auditing & Accountability Journal  
ABDR – Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados  
AF – Accounting Forum  
AOS – Accounting, Organization and Society  
ANEOP – Associação Nacional dos Empreiteiros de Obras Públicas  
APCER – Associação Portuguesa de Certificação  
CEE - Comunidade Económica Europeia  
CE – Comissão Europeia  
CLC – Cerificação Legal de Contas  
CO<sub>2</sub> - Dióxido de Carbono  
CO<sub>v</sub> – Composto Orgânico Voláteis  
CPA – Critical Perspectives on Accounting  
CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa  
CNC – Comissão de Normalização Contabilística  
DC – Diretriz Contabilística  
DF – Demonstrações Financeiras  
DR – Demonstrações de Resultados  
EFRAG – European Financial Reporting Advisory Group  
FASB – Financial Accounting Standards Board  
FIFO – First In, First Out  
FBCF – Formação Bruta de Capital Fixa  
GEE – Gases com Efeito de Estufa  
HCFC -Hidroclorocarbono  
IAS – International Accounting Standards  
IASB – International Accounting Standards Board  
IEC – International Electrotechnical Commission  
IFRS – International Financial Reporting Standards  
IFRIC – International Financial Reporting Interpretation Committee  
IMPIC – Instituto dos Mercados Públicos do Imobiliário e da Construção  
IPO – Instituto Português de Oncologia  
ISAR – International Standards of Accounting and Reporting  
ISO – International Organization for Standardization  
IT – Interpretação Técnica



INE – Instituto Nacional de Estatística  
INCI – Instituto da Construção e do Imobiliário  
IPC – Índice de Preços no Consumidor  
IVA – Imposto sobre Valor Acrescentado  
JAPCEA – Social and Environmental Accountability  
NCRF – Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro  
NIRF – Normas Internacionais de Relato Financeiro  
OHSAS – Occupational Health and Safety Assesment  
ONU – Organização das Nações Unida  
POC – Plano Oficial de Contas  
PIB – Produto Interno Bruto  
QREN – Quadro de Referência Estratégica Nacional  
QSA – Qualidade, Segurança e Ambiente  
SIC – Standard Interpretation Committee  
SNC – Sistema de Normalização Contabilística  
UE – União Europeia  
VAB – Valor Acrescentado Bruto

## Resumo

A questão ambiental é um fator relevante para qualidade de vida das pessoas, uma vez que com o grande avanço tecnológico e industrial, começou-se a produzir grandes quantidades bens e em menor período de tempo, consumindo grandes quantidades de recursos, em especial os naturais.

O delapidar desses recursos e os efeitos para a sociedade começam a manifestar-se em forma de poluição do ar, contaminação de rios e mares, contaminação dos solos, entre outros. A sociedade passou então a cobrar das empresas uma maior responsabilidade ambiental.

No início do século XX as empresas, finalmente, ganharam consciência da problemática ambiental e na tentativa de minimizar os impactos ambientais surgem os órgãos fiscalizadores, que aplicam multas e coimas às empresas que não respeitassem o meio ambiente.

Havendo a possibilidade de incorrem em algumas penalidades ambientais, as empresas acabam por encontrar dificuldades em obter financiamento junto das instituições de crédito ou captar investidores, reduzindo assim a possibilidade de financiamento.

Neste contexto, a contabilidade pode ser vista como um importante instrumento para controlar e proporcionar melhores tomadas de decisões sobre as atividades das empresas.

As informações ambientais são do interesse de todos os grupos de stakeholders, como fornecedores, governo, acionistas, bancos, entre outros, uma vez que afetam, direta ou indiretamente, o futuro da empresa, daí que, a assumpção de passivos ambientais condiciona rendibilidades futuras ou a sobrevivência da própria empresa.

No entanto, a contabilidade tradicional pouco proporciona em termos de qualidade das informações ambientais, pois essas são evidenciadas em conjunto com as informações financeiras e operacionais. Para complementar as informações específicas e diferenciadas sobre o meio ambiente, a contabilidade teve que se desdobrar em mais ramificações: a Contabilidade Ambiental (Paiva, 2003).

**Palavras – chaves:** contabilidade ambiental, passivo ambiental, estudo de caso

## **Abstract**

The environmental issue is a relevant factor for quality of life, as with the great technological and industrial progress, they began to produce large quantities goods and in a shorter period of time, consuming large amounts of resources, especially natural.

The squandering of these features and effects for society begin to manifest itself in the form of air pollution, contamination of rivers and seas, soil contamination, among others. The society then went on to charge companies a greater environmental responsibility.

At the beginning of the twentieth century, companies, finally, became aware of environmental issues and trying to minimize the environmental impacts arise regulatory agencies, imposing fines and fines on companies that do not respect the environment.

With the possibility of incurring some environmental penalties, companies end up encountering difficulties in obtaining funding from credit institutions or attract investors, thus reducing the possibility of financing.

In this context, accounting can be seen as an important tool to control and provide better decision making on the activities of companies.

Environmental information is in the interests of all stakeholder groups, such as suppliers, government, shareholders, banks, among others, since they affect, directly or indirectly, the company's future, so that the assumption of environmental liabilities determines future performance or survival of the company.

However, traditional accounting provides little in terms of quality of environmental information, as these are evidenced in conjunction with the financial and operational information. In addition to the specific and different information about the environment, accounting had to unfold more branches: Environmental Accounting (Paiva, 2003).

**Keywords:** Environmental accounting, environmental liability, case study

## Introdução

O interesse e a preocupação pelo ambiente e sua preservação envolvem várias áreas de intervenção, entre elas, a contabilidade. A contabilidade tem como objetivo medir os factos económicos que afetam uma entidade para fornecer informação relevante, fidedigna, oportuna, compreensível, objetiva e integra.

Desta forma, a contabilidade mostra-se imprescindível para enfrentar os problemas ambientais, na medida em que as empresas contam com procedimentos e técnicas contabilísticas que permitem a divulgação de matérias relacionadas com o meio ambiente.

Neste sentido, a incorporação das matérias ambientais na contabilidade satisfaz a necessidade de quantificar, registar e informar sobre os danos causados no ambiente e as ações preventivas ou corretivas necessárias para os reduzir.

A escolha desta temática surge pelo facto, de cada vez mais as empresas se empenharem, na contabilização e relato dos seus desempenhos ambientais e ações tomadas, no sentido de um desenvolvimento sustentável.

Assim, os objetivos que se pretende atingir com desta dissertação são os seguintes: primeiro, identificar se os relatórios e contas e relatórios adicionais, designadamente, relatórios ambientais e de sustentabilidade apresentam informação ambiental; segundo, se as empresas seguem as diretrizes da NCRF 26, em termos de reconhecimento, mensuração e divulgação e terceiro e último, evidenciar os passivos ambientais, sua quantificação nas suas demonstrações financeiras e aferir a sua importância em termos de valor e percentagem.

Este trabalho encontra-se dividido em duas partes: a primeira parte de natureza teórica, que proporciona um enquadramento da temática, e a segunda parte, um estudo de caso, onde é efetuada uma breve análise do setor e apresentado o processo de investigação, consequentemente a análise e discussão dos resultados obtidos.

A parte teórica, denominada revisão de literatura, é composta por cinco pontos, em que se aborda a importância e evolução, conceitos, vantagens e limitações e os normativos contabilísticos sobre matérias ambientais e os passivos ambientais.

Relativamente à parte do estudo de caso é composta por três pontos, que seguem a seguinte ordem: caracterização e evolução do setor da construção, processo de investigação, por fim análise e discussão dos resultados.

Por último, são analisados os resultados obtidos do estudo, demonstrando que as empresas não elaboram relatórios adicionais, tais como, relatórios ambientais ou de

sustentabilidade, mas utilizam os relatórios de gestão para divulgarem toda a informação ambiental. Relativamente, ao nível de implementação da NCRF 26, verifica-se que a maioria das empresas não adotam a norma, e também não evidência nas suas demonstrações financeiras os passivos ambientais.

## **PARTE I – REVISÃO DE LITERATURA**

### **1. A Importância e Evolução da Contabilidade Ambiental**

A Contabilidade Ambiental tem origem no facto da economia ter ultrapassado continuamente os limites da sustentação do ecossistema. A contabilidade ambiental ganhou cada vez mais relevância, tornando-se uma importante ferramenta na avaliação do património ambiental e na tomada de decisão das empresas (Crepaldi e Lima, 2013), e também uma preciosa ferramenta de auxílio, na percepção das consequências ambientais do desenvolvimento e um indicador excelente para a reorientação de políticas macroeconómicas.

De acordo com Souza (2010), a contabilidade ambiental deve ser parte integrante no planeamento e da tomada de decisão das empresas. Esta desempenha um papel importante, pois proporciona informações relevantes para a tomada de decisão (Pinto e De Sant`Anna, 2006; Lima et al. 2012).

As informações fornecidas pela contabilidade ambiental ajudam os órgãos de gestão a tomarem decisões relativamente ao design dos produtos, ao processo produtivo e aos futuros investimentos (Baba, 2012). Para Lima et al. (2012) as empresas que optem por assumir a sua responsabilidade ambiental podem conseguir obter um diferencial competitivo no setor onde atuam. A informação gerada pela contabilidade ambiental é utilizada, sobretudo, internamente pelas empresas na tomada de decisão (ONU, 2001).

Deste modo, as ações da contabilidade ambiental, a nível interno, incluem as medições físicas do consumo de matérias e energia e a avaliação dos gastos, poupanças e receitas associadas às atividades que podem gerar impactos ambientais (ONU, 2001). A contabilidade ambiental constitui, portanto, um instrumento estratégico de gestão nas empresas (Pinto e De Sant`Anna, 2006).

Segundo Tinoco e Robles (2006) existem três razões que influenciam as empresas a desenvolverem um sistema contabilístico focado no tratamento das questões ambientais:

- ✓ A gestão interna, pois com uma gestão ambiental ativa é possível reduzir gastos e despesas operacionais e melhorar a qualidade;
- ✓ As exigências legais, que obrigam as empresas a controlarem os riscos ambientais, sob pena de virem a sofrer multas e a pagar indemnizações;
- ✓ Os parceiros sociais, que são cada vez mais exigentes sobre as questões ambientais e a sua relação com as empresas.

De acordo com o Institute of Management Accountants (1996), as organizações utilizam a contabilidade ambiental para conseguirem detetar os gastos ambientais que possam estar ocultos ou negligenciados nos gastos totais; para melhorarem o processo de análise de investimentos tendo em conta a possibilidade de ocorrência de futuros impactos ambientais e para auxiliar o desenvolvimento da gestão ambiental na empresa.

Deste modo, a informação contabilística ambiental proporciona inúmeras vantagens para as empresas, tanto a nível interno, como a nível externo (Reis, 2006). Para Kraemer (2012), a contabilidade ambiental proporciona a redução e a afetação de gastos, nomeadamente, os gastos ambientais, a utilização mais eficiente dos recursos naturais, como a água e a energia, a redução dos gastos externos relacionados com a poluição provocada pela empresa e o fornecimento de informação mais detalhada sobre os gastos efetivos que contribuem para o aumento do desempenho ambiental.

A contabilidade ambiental também promove a eficácia e proporciona vantagens competitivas às organizações (Pinto e De Sant`Anna, 2006). Esta, segundo Baba (2012), para além de garantir a melhoria da imagem da entidade e a fidelização dos clientes, assegura o desenvolvimento sustentável das empresas e instiga ao aumento do lucro no longo prazo.

Adicionalmente, a contabilidade ambiental torna o relato financeiro mais útil para os *Stakeholders*, melhora o planeamento e controlo das atividades de gestão das empresas, potencializa a racionalização dos gastos, estimula novas conceções sobre o processo produtivo e permite determinar corretamente os gastos de produção e os preços de comercialização (Eugénio, 2011).

Souza (2010) considera que a contabilidade ambiental constitui uma ferramenta importante, uma vez que as empresas conseguem demonstrar os investimentos efetuados na área ambiental e por efeito no social. A contabilização de aspetos ambientais constitui um passo importante para o crescimento sustentável das empresas (Reis, 2006).

No entanto, Kraemer (2001) alerta para a necessidade de se planear e organizar corretamente todos os procedimentos, para que seja possível atingir o conceito de excelência ambiental e a possibilidade de obter vantagens competitivas.

A contabilidade ambiental não vai solucionar os problemas de cariz ambiental, contudo dado a sua capacidade de fornecer e tratar as informações ambientais, pode auxiliar na procura de soluções (Kraemer, 2012).

O interesse sobre a prática da contabilidade social e ambiental retoma aos anos 60/70 do século XX (Gray e Bebbington, 2001; Parker, 2005) mas, foi a partir de 1980, que a prática de contabilidade ambiental atinge a sua maturidade. No entanto, o seu desenvolvimento expandiu-se de forma diferente pelo mundo.

Em Portugal, assim como em outros países da Europa, despertaram para esta temática no final dos anos 90, embora ainda hoje a maioria das empresas portuguesas estejam agora a dar os primeiros passos na divulgação da informação ambiental (Eugénio, 2007).

Ao longo dos anos, diversos autores de referência escreveram sobre a evolução histórica da contabilidade social e ambiental, destacando-se os estudos efetuados pelos seguintes autores: Mathews (1997), Mathews (2000), Gray (2002), Parker (2005) e Parker (2011).

Mathews (1997), no seu estudo fez uma revisão da literatura dos 25 anos de contabilidade social e ambiental e identifica três períodos distintos:

1º Entre 1971-1980: em que o principal interesse centrava-se na contabilidade de cariz social, a contabilidade ambiental era incorporada na contabilidade social. A maioria dos estudos empíricos eram descritivos e pouco sofisticados em comparação com os standards de anos mais tarde, no entanto, havia estudos com interesse na divulgação, mensuração, avaliação das externalidades, tendo esses estudos mostrado algum interesse por questões ambientais;

2º Entre 1981-1990: este pode ser dividido em duas partes: na primeira metade, em que a contabilidade social se desenvolveu mais, por contrapartida da contabilidade ambiental que se desenvolveu mais na segunda metade deste período, havendo também interesse nos aspetos educacionais desta temática, podendo afirmar-se que as raízes do ensino, nesta área, nasceram nesta época.

Comparativamente, com o período anterior, a pesquisa empírica era mais analítica e menos descritiva, os modelos normativos desapareceram quase na totalidade. Dessa ausência, surgiu um maior debate filosófico sobre a divulgação das atividades da contabilidade social e ambiental e mais tarde sobre a natureza dos problemas ambientais;

3º Finalmente entre 1991-1995: foi marcado como o período onde as publicações em contabilidade ambiental suplantaram as da contabilidade social. Parece haver uma maior predisposição para pesquisar a componente ambiental em vez da social.



Analisando estes três períodos, pode-se afirmar que, o primeiro período foi o da descoberta desta temática, o segundo período foi o da consciencialização para a temática, aparecendo os primeiros materiais de estudo a nível académico e o terceiro período foi da maturidade, com muitas publicações sobretudo de carácter ambiental.

O segundo estudo efetuado por Mathews (2000), utilizando a mesma metodologia adotada em 1997, analisou a literatura da contabilidade social e ambiental no período de 1995 a 2000 e verificou que, a evolução da contabilidade ambiental sobre a contabilidade social vem-se mantendo, contudo, esta última está representada pela seção de auditoria social.

Gray (2002) faz uma análise crítica dos últimos 25 anos da literatura, com particular atenção para os estudos publicados no jornal de contabilidade *Accounting, Organization and Society (AOS)*. Neste documento surge o termo, contabilidade social, que descreve toda a contabilidade que vai para além da contabilidade financeira e apresenta-nos uma perspetiva histórica da contabilidade.

Gray (2002) coloca uma questão fundamental: o que é a contabilidade social? A conclusão a que se chegou é que não se pode dar uma definição única e concreta. A contabilidade social trata os aspetos sociais que mudam a contabilidade permitindo a criação de contabilidades, chamadas “extraeconómicas”.

Isto é, a contabilidade deve mostrar o reflexo do que se passa no dia-a-dia, seja através de políticas ambientais, que devem ser refletidas através de uma contabilidade ambiental e deixa a porta aberta à criação de novas contabilidades que completam, suplantam e desafiam a contabilidade tradicional.

No âmbito deste estudo a contabilidade ambiental é uma contabilidade social. Gray (2002) cita neste documento, que é necessário para a contabilidade, contabilistas e críticos, não se deixarem levar pelas modas, no caso de questões ambientais, mas ter uma medida regrada para todos os temas abrangidos.

É preciso ter conta, peso e medida, para tornar a contabilidade mais efetiva, como uma representação fidedigna e que seja fiável, de modo a torná-la indispensável, não só para a empresa e para os *stakeholders*, mas também para a comunidade em geral, pois uma contabilidade cada vez mais próxima das pessoas fomenta um melhor espírito entre todas as partes envolvidas no processo.

No estudo de Parker (2005), este pretendeu dar uma perspetiva histórica ao nível das publicações nos principais jornais de contabilidade desde 1988 até 2003, *Accounting, Auditing & Accountability Journal* (AAAJ), *Accounting Forum* (AF), *Critical Perspectives on Accounting* (CPA) e *Organizations and Society* (AOS) e elaborou também a comparação com dois jornais, o *Social and Environmental Accountability* (JAPCEA), que se dedicam à publicação de artigos da área da contabilidade social e ambiental.

Estas publicações estavam divididas em três temáticas, a social, ambiental e sócio ambiental. Mostrou também as diferentes metodologias que deram origem à publicação dos documentos.

Desde 1988 até 2003 as publicações, foram as de cariz ambiental (cerca de 60%), as sociais (cerca de 25%) e as sócio ambientais (com 9%). As principais metodologias eram: o comentário teórico sobre a revisão da literatura com cerca de 52%, as análises de conteúdo com 19%, os estudos de caso com 12% e os questionários com 15%.

Este estudo de Parker (2005) foi revisto pelo próprio, em 2011, tendo o intervalo de tempo a ser analisado, ter passado para 1988-2008.

Houve uma ligeira modificação na quantidade de publicações que passou de 66% para 55% nas publicações ambientais, e as de cariz social mantiveram-se sendo que as sócio ambientais passaram para 20%.

Analisado só o período de 2004-2008, 35% das publicações eram sobre temáticas sociais, 35% de temas sócio ambientais e 30% sobre contabilidade ambiental. O que se retira desta alteração é que a contabilidade está em mudança e que se começa a reconhecer a interação entre a parte social e ambiental, o que mostra uma transformação na contabilidade que está atenta às externalidades e a abrir-se à contabilidade extra-financeira.

Nas metodologias houve também uma alteração, sendo que agora a mistura de métodos é a segunda mais utilizada com 26%, possibilitando várias conclusões que só um tipo de metodologia não permitia, pois tende a aproximar a teoria da prática.

A contabilidade encontra-se numa fase de mudança constante e abertura aos novos desafios que vão aparecendo. Cada vez mais é necessário aos profissionais da contabilidade estarem atentos às áreas emergentes e às novas normas de contabilidade que incluem a divulgação.

## 2. Conceito de Contabilidade Ambiental

Desde a última década que o termo contabilidade ambiental tem vindo a ter um interesse crescente, pelo que surgiram inúmeros autores a definirem o conceito de contabilidade ambiental.

Segundo Bergamini Jr. citado por Leonardo (2001:38) a contabilidade ambiental tem o objetivo de registar as transações da empresa que impactam o meio ambiente e os efeitos das mesmas que afetam, ou deveriam afetar, a posição económica e financeira dos negócios da empresa.

Por sua vez Christophe, citado por Tinoco (2001:100) define contabilidade ambiental como “um sistema destinado a dar informações sobre a rarefação dos elementos naturais, engrenado pelas atividades das empresas e sobre as medidas tomadas para evitar esta rarefação”.

Já, Tinoco & Kraemer (2004:64), entende que a contabilidade ambiental é mais ambiciosa que a contabilidade tradicional, pois baseia-se em conhecer as externalidades negativas e registar, medir, avaliar e divulgar todos os eventos ambientais.

Para, Kraemer (2006) define a contabilidade ambiental como “o processo que facilita as decisões relativas à atuação ambiental da empresa a partir da seleção de indicadores e análises de dados, da avaliação destas informações com relação aos critérios de atuação ambiental, da comunicação, e da revisão e melhoria periódica de tais procedimentos”.

Segundo Zanluca (2011), “contabilidade é o registo do património ambiental (bens, direitos e obrigações ambientais) de determinada entidade e as suas respetivas alterações – expressas monetariamente”.

Por sua vez, Costa (2012) é possível definir contabilidade ambiental como uma ciência que estuda os aspetos ambientais, tais como, os bens, direitos e obrigações existentes na organização.

Assim, de um modo geral, pode definir-se contabilidade ambiental como o estudo do património ambiental (bens, direitos e obrigações ambientais) das entidades e o seu objetivo é fornecer aos seus stakeholders, internos e externos, as informações sobre os eventos ambientais que causam modificações na situação patrimonial, bem como, identificação, mensuração e divulgação.

### 3. Vantagens e Limitações da Contabilidade Ambiental

A contabilidade ambiental tem-se tornado nos últimos anos uma matéria em que as empresas devem ter especial atenção.

Cada vez mais, os stakeholders se tornaram agentes mais interessados na responsabilidade social, ambiental e ética das organizações, obrigando estas a divulgarem informação “não-financeira”.

Atualmente, as empresas encaram o ambiente como um fator obrigatório a ter em conta na elaboração das suas contas, fator que não podem deixar à margem da análise financeira e na tomada de decisões estratégicas.

São inúmeras as vantagens associadas à implementação da contabilidade ambiental numa empresa, designadamente, permite identificar, estimar, alocar e reduzir gastos ambientais; controlar o uso e os fluxos de energia e materiais; fornecer informação mais exata e detalhada dos gastos efetivos, facilitando a avaliação do desempenho ambiental e auxiliando a tomada de decisão; melhorar a imagem da empresa e usar de forma mais eficiente os recursos naturais (Kraemer, 2006).

Segundo Eugénio (2011:6), a contabilidade ambiental traduz um conjunto de vantagens para as empresas, tanto a nível interno, como externo. Como vantagens deste processo para as empresas pode-se apontar:

- ✓ Dar resposta a novas necessidades de controlo contabilístico;
- ✓ Tornar o relato financeiro mais útil aos respetivos utilizadores e constituir um elemento adicional da demonstração de desempenho;
- ✓ Melhorar o planeamento e controlo das atividades de gestão ambiental da empresa;
- ✓ Potenciar a racionalização de gastos;
- ✓ Estimular novas perspetivas sobre o processo produtivo;
- ✓ Permitir a correta determinação de gastos de produção e preços de comercialização;
- ✓ Trazer o ambiente para dentro do processo de gestão;
- ✓ Facilitar a recolha e apresentação de elementos necessários ao cumprimento de obrigações, tais como:
  - Documentos de prestação de contas destinados ao mercado nacional;
  - Documentos de prestação de contas destinados ao mercado internacional;
  - Informação solicitada por autoridades estatísticas;
  - Informação solicitada por entidades reguladoras;

- Outras.

Para além destas vantagens, vários motivos são apresentados como incentivo à divulgação de informação ambiental para os gestores, contabilistas, técnicos de ambiente e outros que estejam envolvidos no processo. Deegan (2002) apresenta as seguintes motivações:

- ✓ Cumprimento dos requisitos legais;
- ✓ Considerações de racionalidade económica;
- ✓ Convicção de que existem informações e responsabilidade a divulgar;
- ✓ Intenção de responder às expectativas da comunidade;
- ✓ Responder a ameaças à legalidade da organização;
- ✓ Gestão de grupos de stakeholders;
- ✓ Atração de fundos de investimento;
- ✓ Cumprimento de exigências de natureza industrial ou de códigos de conduta específicos;
- ✓ Tentativa de evitar iniciativas que possam introduzir regulamentos de divulgação ainda mais onerosos;
- ✓ Objetivo de ganhar prémios específicos de relato de natureza social, ambiental ou de sustentabilidade.

Estes fatores podem surgir de forma simultânea nas organizações, estando algumas relacionadas entre si (Eugénio, 2010). A elaboração e divulgação da informação ambiental enfrenta vários entraves à sua aplicação. O principal problema prende-se com a falta de uma definição normalizada de gastos ambientais.

Segundo Bergamini Júnior (2000), especialistas do *International Standards of Accounting and Reporting* (ISAR) constataram que a contabilidade ambiental é pouco utilizada uma vez que as empresas têm uma determinada relutância em fornecerem informações sobre os impactos das suas operações no meio ambiente, preferindo por vezes, divulgar a sua própria versão dos factos.

Bergamini Júnior (2000) acrescenta ainda que o ISAR revelou existir uma baixa consistência entre as informações disponibilizadas pelas empresas e falta de comparabilidade do desempenho das mesmas em períodos diferentes e que os passivos

ambientais não são, por vezes, registados de forma adequada por existirem dificuldades em mensurá-los.

A informação relativa ao desempenho ambiental das empresas encontra-se disponível em certa medida. No entanto, nas empresas e nos órgãos públicos os decisores enfrentam algumas dificuldades em relacionar a informação ambiental com as variáveis económicas, faltando-lhes, essencialmente, informação sobre gastos ambientais (ONU, 2001).

Os gastos ambientais precisam ter o mesmo tratamento contabilístico que têm os gastos de outra natureza, mas, muitas das vezes o seu montante não é de fácil perceção. Bergamini Júnior (1999, referido por Zamballi, 2012) salienta que a dificuldade da implementação da contabilidade ambiental deve-se ao facto de ser difícil mensurar os passivos ambientais e os gastos ambientais.

Há dificuldades em segregar as informações de carácter ambiental das demais informações da empresa, assim como a sua correta avaliação e contabilização (Santos et al. 2001).

Eugénio (2004) aponta como principal entrave ao processo de implementação da contabilidade ambiental, a falta de uma definição clara de gastos ambientais. E o principal problema associado à contabilidade ambiental é a lacuna existente na definição de gastos ambientais, pelo que as vantagens económicas e ambientais podem não ser usufruídas devido ao facto dos gastos ambientais não serem totalmente registados, conduzindo, frequentemente, a cálculos distorcidos das opções de melhoria (ONU, 2001).

Entre as dificuldades do processo de implementação de Contabilidade Ambiental inclui-se, por exemplo:

- ✓ Ausência de definição clara dos gastos ambientais;
- ✓ Dificuldade em calcular um passivo ambiental efetivo;
- ✓ Falta de clareza no tratamento a ser dado aos “ativos de vida longa”, como por exemplo o caso de uma central nuclear;
- ✓ Reduzida transparência em relação aos danos provocados pela empresa nos seus ativos próprios;
- ✓ Dificuldade em determinar a existência de uma obrigação no futuro por conta de gastos passados (Eugénio, 2004).

Os gestores industriais enfrentam um crescente dilema no que toca a decisões de investimento no ambiente, por um lado, existem as exigências regulamentares, normas internas e pressões do mercado que requerem, de uma forma contínua e crescente, bons desempenhos ambientais e por outro lado, a informação que é necessária para realizar uma resposta eficiente em termos de gastos, não está, em geral, ao alcance das empresas de uma forma atempada e consistente.

O resultado é que as decisões sobre investimentos e projetos ambientais não servem, muitas das vezes, os interesses da empresa, nem os do ambiente (ONU, 2001).

Grande parte das empresas tem problemas na quantificação das poupanças de gastos da gestão ambiental. Os cálculos orientados para o futuro originam falhas de informação e incertezas em relação ao futuro, englobando, na maioria das vezes, apenas uma parte dos benefícios resultantes da gestão ambiental (ONU, 2001).

Diversos autores alertam, também, para aspetos menos positivos a realçar na implementação da Contabilidade Ambiental. Algumas medidas de proteção ambiental envolvem gastos elevados e não induzem poupanças a médio e longo prazo, e uma atitude de grande transparência pode, paralelamente a vantagens competitivas decorrentes da satisfação de stakeholders relevantes, obrigar a gestão a alterar o comportamento ambiental da empresa para manter essa mesma vantagem competitiva, o que acarreta gastos económicos significativos (Gaspar, 2003).

Considera-se, no entanto, que apesar das dificuldades inerentes à Contabilidade Ambiental devem ser feitos esforços por parte das empresas para melhorar o seu relato financeiro, não só para dar cumprimento à legislação como por questões associadas à consciência social.

## **4. Normativos Contabilísticos sobre Matérias Ambientais**

### **4.1. Evolução**

O *International Accounting Standards Board* (IASB<sup>1</sup>) publicou diversas Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF), vulgarmente também denominadas pelas siglas de IAS e IFRS, que estabelecem

---

<sup>1</sup> O IASB é um organismo privado que tem por objetivo desenvolver um conjunto de normas contabilísticas e de relato financeiro aplicáveis nível mundial, nas quais se enquadram as *International Accounting Standards* (IAS), as *International Financial Reporting Standards* (IFRS), as *Standard Interpretation Committee* (SIC) e as *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC).

disposições e princípios contabilísticos que podem ser aplicáveis ao tratamento das matérias ambientais. No entanto, atualmente, ainda não existe qualquer IAS/IFRS que vise, exclusivamente, as matérias ambientais, embora várias tenham reflexos em termos ambientais: IAS 1; IAS 11; IAS 16; IAS 34; IAS 36; IAS 37; IAS 38, conforme expresso no Quadro 1.

Quadro 1: NIRF e Matérias Ambientais

Norma	§s	Conteúdos
IAS 1 – Apresentação do relatório ambiental	9	Recomendação da apresentação do relatório ambiental.
IAS 11 – Contratos de Construção	5	Menciona os contratos de restauro do ambiente após demolição de ativos.
IAS 16 - Ativos Fixos Tangíveis	11	O ativo fixo tangível pode ser adquirido por razões de segurança ou ambiente.
IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar	Ap. C	Refere como exemplo, o uso de estimativas, menciona a provisão para gastos ambientais; a finalidade é ilustrar a aplicação das normas ajudando a clarificar o seu sentido.
IAS 36 – Imparidade de Ativos	Ap. C	Perdas de valor que se verifiquem por questões ambientais.
IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	19 e 21	Reconhecimento como provisões as obrigações resultantes de acontecimentos passados, apresentando como exemplo gastos de limpeza de danos ambientais ilegais.
IAS 38 – Ativos Intangíveis	-	A empresa pode possuir ativos intangíveis de carácter ambiental, apesar de não mencionar diretamente.

Fonte: Adaptado de Eugénio (2004) e IASB

No entanto, em Dezembro de 2004, o IASB emitiu uma interpretação relacionada com licenças de emissão de Gases com Efeito de Estufa (GEE), nomeadamente, a IFRIC 3 “*Emission Rights*”. Porém, em 2005, o *European Financial Reporting Advisory Group*



(EFRAG<sup>2</sup>) deu parecer desfavorável à sua aplicação na UE, referindo que a IFRIC 3 não traduzia uma informação financeira fiável.

Em Dezembro de 2007, o IASB reintroduziu na sua agenda o projeto sobre licenças de emissão, em coordenação com o *Financial Accounting Standards Board* (FASB<sup>3</sup>) denominado por *Emission Trading Schemes*, sendo finalmente aprovado, em Maio de 2011.

O Regulamento 1606/2002/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, definiu o âmbito da aplicação das normas do IASB no seio do território europeu, obrigando a sua aplicação, a partir de 2005. Estas devem ser aplicadas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas de entidades com valores mobiliários admitidos à negociação num mercado regulamentado, deixando a decisão aos Estados-Membros da adoção das referidas normas a outras entidades.

Das normas europeias, a recomendação da Comissão Europeia de 30 de Maio de 2001 destaca-se como o documento de leitura obrigatória no que respeita ao reconhecimento, à valorimetria e à prestação de informação sobre questões ambientais nas contas e relatórios de gestão das sociedades.

O Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro, em conjunto com o referido Regulamento veio permitir a possibilidade de adoção das normas do IASB para as empresas que não apresentem contas consolidadas desde que sejam objeto de Certificação Legal de Contas (CLC). Caso não adotem as normas do IASB, o seu relato financeiro terá de ser feito de acordo com o normativo nacional, cuja emissão é da responsabilidade da Comissão de Normalização Contabilística (CNC).

Em Portugal, no período de 1977 a 2009 (inclusive), as normas emanadas da CNC eram o POC, Diretriz Contabilística (DC) e Interpretação Técnica (IT). É de realçar que grande parte das Diretrizes Contabilísticas (DC) preparadas pela CNC, muitas das quais denotam uma aproximação evidente às *International Accounting Standards* (IAS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

---

<sup>2</sup> O EFRAG é um organismo criado em 2001 com o objetivo de ajudar a Comissão Europeia na implementação das IAS/IFRS no continente europeu, e responsável pela emissão de pareceres acerca da qualidade técnica dessas normas.

<sup>3</sup> O FASB é uma organização criada em 1973 para padronizar os procedimentos da contabilidade financeira de empresas cotadas em bolsa e não-governamentais. Tem o objetivo de trazer padronização, maior eficiência na economia e nas decisões tomadas pelas empresas trazendo uma maior clareza na informação divulgada.

Através do Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, foi aprovado o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) e revogou o POC e a legislação complementar.

Por sua vez, o Decreto-Lei nº 160/2009, de 13 de Julho, procedeu a um ajustamento da CNC de modo a modernizá-la, simplificando e flexibilizando os seus processos de atuação e adequando-a às novas competências que lhe foram atribuídas, na sequência da aprovação do SNC.

Desta forma, a partir de Janeiro de 2010, as empresas que aplicavam o POC e a sua legislação complementar passaram a aplicar as normas do SNC, conhecidas pelas Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), cujo conteúdo é substancialmente idêntico às normas do IASB.

Neste contexto, os documentos de leitura obrigatória sobre as orientações concretas de informação das matérias ambientais a serem divulgadas no relatório e contas, até 31 de Dezembro de 2009, eram a DC 29 – Matérias Ambientais e a IT 4 – Direitos de Emissão de GEE.

A CNC publicou, em 2002, a DC 29 que observou o conteúdo da recomendação da Comissão Europeia de 30 de Maio de 2001, com o intuito de estabelecer critérios de reconhecimento, mensuração e divulgação de dispêndios de carácter ambiental, aos passivos e riscos ambientais e aos ativos com eles relacionados, resultante de transações e acontecimentos que afetem a posição financeira da empresa. Esta diretriz pretendia ainda identificar o tipo de informação ambiental que deveria ser divulgado relativamente à atitude da empresa face às matérias ambientais e ao comportamento ambiental da entidade.

Apesar de não existir uma IAS/IFRS que retrate as questões relacionadas com o meio ambiente, o SNC contém a NCRF 26 – Matérias Ambientais, que não é mais do que a adaptação da anterior DC 29, com algumas pequenas alterações, de forma a continuar a dar cumprimento à recomendação da Comissão Europeia de 30 Maio de 2001.

Entre o período de 2003 e 2009, todas as empresas abrangidas pelo POC seguiam as orientações da DC 29 para relatar as informações ambientais nas Demonstrações Financeiras Anuais e nos relatórios de gestão. No entanto, a DC 29 foi de adoção voluntária até 2006, tornando-se obrigatória, a partir dessa data (Eugénio, 2006). E a partir de 2010, foram obrigadas a seguir a NCRF 26 para os mesmos efeitos.

Uma questão que pode ser equacionada relaciona-se com a identificação do normativo que as empresas portuguesas foram obrigadas a adotar as IAS/IFRS, seguem para o relato de matérias ambientais, já que o IASB não possui qualquer orientação sobre o assunto.

Ao longo dos tempos, os aspetos principais entre a contabilidade e ambiente têm vindo a envolver vários organismos de contabilidade, auditoria ou outras instituições com responsabilidade no mundo dos negócios.

Em termos gerais, a problemática ambiental afeta todas as Demonstrações Financeiras.

No que se refere a gastos, é de destacar fatores ambientais capazes de afetar a Demonstração dos Resultados através de gastos acrescidos, tais como: ações de limpeza e descontaminação, redução e controlo de afluentes, controlo de emissões de gases, produção de produtos com características ambientais, taxas de poluição, sistemas de reutilização, redução de consumos de produtos nocivos ao ambiente, reflorestação, tratamentos e minimização de resíduos, seguros, multas, reclamações de higiene e segurança, investigação e desenvolvimento, entre outros.

Quanto ao Balanço, as revalorizações de terrenos, valor realizável de inventários, novas formas de fabrico, compromissos de capital, recuperação ou restauração de terrenos e ainda quebras de licenças de operação, são o impacto nos elementos de fatores ambientais que mais se salientam (Freitas, 2007).

No que confere às divulgações nas Notas (anexo às demonstrações financeiras) verificam-se: os critérios de mensuração utilizados nas matérias ambientais e as licenças de emissão GEE (para o período corrente anterior), em toneladas de CO<sub>2</sub> e respetivas quantias: atribuídas, adquiridas, alienadas e insuficiência/excedente.

No âmbito das matérias ambientais, Eugénio (2009) demonstra que muitas das empresas portuguesas não incluem informações de carácter materialmente relevante sobre as suas matérias ambientais, em nenhuma parte do seu relatório e contas, o que pode afetar a opinião dos utentes das Demonstrações Financeiras.

Assim, quando as matérias ambientais assumem relevância numa empresa pode surgir um risco de distorção material, ou seja, a inclusão de divulgação inadequadas sobre estas matérias. Para que tal não se suceda, o papel de um auditor contabilístico é fundamental, tendo em consideração as matérias ambientais na auditoria às Demonstrações Financeiras.

#### **4.1.1. Comparação entre a DC 29 a Recomendação da Comissão Europeia de 30 Maio de 2001 e a NCRF 26**

Desde 2004 que se pode evidenciar três períodos distintos no que trata a normativos contabilísticos ambientais, em Portugal:

➤ **Até 2004:** período de aplicação do POC e DC, dos quais a DC 29 (aplicada de forma voluntária) em conjunto com a Recomendação da Comissão Europeia de 30 Maio de 2001, estabeleciam os critérios de reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação relativos a matérias ambientais que afetam ou possam afetar a posição financeira e os resultados da entidade.

➤ **De 2005 a 2009:** período de aplicação das IAS/IFRS, no qual a DC 29 continua a ser utilizada de forma voluntária pelas empresas admitidas à cotação, em conjunto com a Recomendação da Comissão Europeia de 30 Maio de 2001, por inexistência de qualquer IAS/IFRS sobre o assunto.

É de realçar este período, principalmente, para as empresas com títulos mobiliários admitidos à negociação em mercado regulado, porque ao aplicarem o normativo do IASB não dispunham de qualquer norma internacional que definisse os critérios de reconhecimento, mensuração e divulgação de matérias ambientais. Desta forma a DC 29 poderia ter um carácter voluntário de aplicação, sendo esta a única temática da contabilidade onde se poderia verificar tal facto, comparando o normativo nacional e o internacional.

É importante referir que a DC 29, a partir de 2006, tornou-se obrigatória mas, devido ao processo de harmonização contabilístico europeu, o seu carácter de obrigatoriedade, apenas, era extensível às DF individuais das empresas que não tivessem optado pela utilização do normativo internacional.

➤ **A partir de 2010:** período de aplicação das IAS/IFRS, da qual a NCRF 26 passa a ser utilizada de forma voluntária pelas empresas admitidas à cotação em conjunto com a Recomendação da Comissão Europeia de 30 Maio de 2001, por continuar a inexistir qualquer IAS/IFRS sobre o assunto.

Uma vez que a DC 29, bem como a NCRF 26, adotaram a Recomendação da Comissão Europeia de 30 Maio de 2001 seria importante verificar se existem diferenças, que não ao nível da terminologia.

Estes três normativos apresentam algumas semelhanças e diferenças entre si. Uma análise comparativa detalhada (apresentada no Anexo) permite evidenciar que:

- 1) os objetivos são idênticos nos três normativos (Anexo I);
- 2) o âmbito da aplicação é idêntico entre DC 29 e a NCRF 26, mas mais abrangente na Recomendação da Comissão Europeia de 30 Maio 2001 (Anexo II);
- 3) não se assinala qualquer diferença em termos de reconhecimento de passivos ambientais, passivos contingentes de carácter ambiental, compensação de passivos e reembolsos esperados, dispêndios de carácter ambiental, imparidade de ativos, à exceção da provisão para restauro de locais contaminados e desmantelamento, que é omissa na NCRF 26 (Anexo III);
- 4) assinalam-se ligeiras diferenças na mensuração dos passivos de carácter ambiental, não se permitindo o custo corrente mas apenas o valor descontado (semelhante ao custo amortizado) na NCRF 26 e Recomendação da Comissão Europeia de 30 de Maio de 2001 (Anexo IV);
- 5) a divulgação é muito idêntica e as diferenças a assinalar resultam, apenas, das consideradas nas alíneas anteriores (Anexo V);
- 6) tanto a DC 29 como a NCRF 26 apresentam um apêndice, no entanto, o seu conteúdo é muito diferente. O apêndice da DC 29 (Anexo VI) faz referência a “domínios” de dispêndios de proteção ambiental, enquanto o apêndice da NCRF 26 menciona como deve ser feita a contabilização de emissões de GEE.

#### **4.1.2. Comparação entre a IT 4 o Apêndice Direitos de Emissão de GEE da NCRF 26 e IFRIC 3**

De acordo com Mackenzie (2009), no mercado das emissões de carbono as empresas suportam um custo: ou um custo direto (pelas licenças de emissão de GEE compradas), ou um custo oportunidade (pelo subsídio recebido e não utilizado para as licenças de emissão de GEE que podem ser entretanto vendidas).

Como os GEE são dispêndios incorridos pelas empresas no que trata a matérias ambientais e às licenças de emissão GEE, estas devem ser mencionadas nos relatórios e contas, e faz todo o sentido comparar o novo normativo com a IT 4 e, ainda, a IFRIC 3, verificar se existem diferenças relevantes ao nível da sua contabilização.

Ao contrário dos tópicos que necessitam ser divulgados no anexo às DF's, para a generalidade das matérias ambientais, o caso específico do GEE oferece diferenças significativas quando se compara a evolução no seu reconhecimento e mensuração à luz de diferentes normativos.

Assim, ao nível do reconhecimento (Anexo VII) é de destacar:

- 1) as licenças de emissão de GEE devem ser reconhecidas como ativo intangível, nos três normativos;
- 2) e se as licenças forem adquiridas a título gratuito, devem ser rendimentos como um subsídio por forma de rendimento diferido, à exceção da NCRF 26, onde o subsídio é evidenciado no capital próprio da empresa;
- 3) a responsabilidade do operador pela emissão de gases de licenças não detidas é reconhecida da mesma forma nos três normativos, ou seja, um passivo por contrapartida de um gasto e uma provisão, respetivamente.

Quanto à sua mensuração inicial, a NCRF 26 exige a mensuração ao justo valor, quer para as licenças adquiridas a título gratuito, quer para as adquiridas a título oneroso, enquanto, a IT 4 e a IFRIC 3, para estes últimos, apelava à sua mensuração ao custo (Anexo VIII).

Na comparação dos três normativos, não se assinala qualquer diferença em termos da mensuração subsequente, à exceção de responsabilidade do operador pela emissão de gases de licenças detidas, que era omissa na IFRIC 3 (Anexo IX).

A divulgação dos normativos IT 4 e o apêndice da NCRF 26 é idêntica, passando pela divulgação, em toneladas, das emissões e das licenças de emissão de GEE, tem como, as penalizações incorridas com os GEE. A IFRIC 3 não fez qualquer referência às informações que as empresas deveriam divulgar sobre emissões de GEE (Anexo X).

#### **4.1.3. Comparação entre NCRF 26 e a IAS 37**

A nível internacional existe uma ausência de normativo contabilístico específico que aborde a temática ambiental, assim sendo seria importante aflorar a questão de como as IAS tratam as matérias ambientais.

Com a aprovação do regulamento 1606/2002 de 19 de Julho do Parlamento Europeu e do Conselho da União Europeia, as empresas cotadas sujeitas à comissão do mercado de

valores mobiliários de Portugal foram obrigadas a preparar e apresentar as suas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas do IASB.

Contudo, as normas do IASB podem ser aplicadas a outros tipos de entidades com entidade jurídica diferente das empresas cotadas, como empresas não cotadas mas sujeitas a Certificação Legal de Contas que sejam filiais de empresas cotadas. Estas alterações entraram em vigor a 1 de Janeiro de 2005.

Uma vez que, existe uma lacuna em termos de normativo internacional acerca das questões ambientais, é importante verificar se existem diferenças ou algumas semelhanças entre a NCRF 26 com as restantes IAS, nomeadamente a 1, 11, 16, 34, 36, 37 e 38, que fazem referência as temáticas ambientais. Dando ênfase à IAS 37, que é a norma que define o que é que as empresas devem divulgar em termos de matérias ambientais, refere como é que as provisões de carácter ambiental devem ser registadas, e indica como deve ser calculada e tratada a estimativa que deve ser contabilizada na rubrica “Outras provisões para risco e encargos”.

Ambos os normativos apresentam algumas semelhanças e diferenças entre si, como podemos verificar na análise detalhada:

- 1) os objetivos são diferentes nos dois normativos (Anexo XI);
- 2) o âmbito da aplicação também é diferente (Anexo XII);
- 3) não se assinala qualquer diferença em termos de reconhecimento de passivos de carácter ambiental, passivos contingentes de carácter ambiental e compensação de passivos. Mas, existe diferenças nos reembolsos esperados, nos dispêndios de carácter ambiental nas imparidades de ativos, nestes casos existe normas próprias que tratam especificamente destas questões. Também existe diferenças nas provisões para restauro de locais contaminados e desmantelamento (Anexo XIII);
- 4) assinalam-se diferenças na mensuração dos passivos de carácter ambiental, ambos são sempre mensurados pela melhor estimativa, mas a NCRF 26 independentemente da data de liquidação do ativo é feita a estimativa do valor total do passivo, enquanto na IAS 37 o ativo deve ser liquidado no fim do período de relato e deve ser reconhecido como provisão (Anexo XIV);
- 5) a divulgação é muito idêntica e as diferenças a assinalar resultam apenas no que divulgar no ABDR/Anexo (Anexo XV).

## 4.2. Caracterização

A prática da contabilidade ambiental atinge a sua maturidade em 1980. No entanto, o seu desenvolvimento propagou-se de forma diferente pelo mundo.

Em Portugal, assim como em outros países da Europa, esta temática desperta no final dos anos 90 embora, ainda hoje, a maioria das empresas portuguesas estejam agora a dar os primeiros passos na divulgação da informação ambiental (Eugénio, 2007).

A publicação da DC 29 em Portugal significou um passo importante em termos de normas nacionais sobre contabilidade e matérias ambientais, uma vez que, veio clarificar as regras e as linhas de orientação no que respeita ao reconhecimento, à valorimetria e à divulgação das matérias ambientais nas contas anuais e nos relatórios da gestão das sociedades.

No normativo contabilístico português, atualmente, existe a NCRF 26 – Matérias Ambientais e aplica-se:

- a todas as entidades abrangidas pelo SNC;
- nas contas individuais ou consolidadas;
- nas informações a prestar nas Demonstrações Financeiras Anuais e no Relatório de Gestão;
- aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2010.

Segundo a Comissão da Normalização Contabilística (CNC) o principal objetivo da NCRF 26 é o de prescrever os critérios para o reconhecimento, mensuração e divulgação relativos a dispêndios de carácter ambiental, aos passivos e riscos ambientais e os ativos com eles relacionados resultantes de transações e acontecimentos que afetem, ou sejam suscetíveis de afetar, a posição financeira e os resultados da entidade relatada (NCRF 26 § 1 e §2, Anexo XVI).

Na NCRF 26 (§ 3, Anexo XVI), as informações relativas às matérias ambientais devem surgir nas demonstrações financeiras e no relatório de gestão das entidades, pelo que os critérios de reconhecimento e mensuração têm de ser aplicados de modo consistente a todas as entidades que sejam sujeitas a consolidação. Por outro lado, a NCRF 26 não é aplicada a relatórios com fins específicos, com exceção de se considerar apropriado relacionar as demonstrações financeiras e os relatórios de gestão com os relatórios ambientais separados,



de forma a certificar a coerência entre as informações nelas contidas (NCRF 26, § 4, Anexo XVI).

A NCRF 26 (§ 6, Anexo XVI) considera que o termo “ambiente” refere-se ao meio físico natural, incluindo o ar, a água, a terra, a flora, a fauna e os recursos não renováveis, como por exemplo, os combustíveis fósseis e os minerais. Segundo Eugénio (2011), esta informação é importante na medida em que auxilia a delinear as ações que terão impacto na informação contabilística.

Esta norma apresenta algumas definições essenciais para a compreensão de termos técnicos e específicos, clarificando, desta forma, expressões nem sempre de fácil interpretação (Gomes, 2010).

#### **4.2.1. Definições de Carácter Específico**

Eugénio (2011) refere que é essencial conhecer o conceito de dispêndios de carácter ambiental. A NCRF 26 (§ 7, Anexo XVI) considera que os dispêndios de carácter ambiental dizem respeito aos gastos das medidas tomadas por uma entidade, ou em seu nome, por outras entidades, de forma a evitar, minimizar ou corrigir prejuízos de carácter ambiental.

O § 7 da mesma norma considera ainda que estes gastos incorporam, entre outros, gastos com a eliminação de resíduos ou as iniciativas destinadas a evitar a sua formação, a proteção dos solos e das águas superficiais, a preservação do ar puro, a diminuição do ruído e a proteção da biodiversidade.

O mesmo parágrafo refere que os dispêndios de carácter ambiental incluem, também, os gastos adicionais possíveis de identificação. Na impossibilidade de separar os gastos adicionais de carácter ambiental de outros gastos, deverá realizar-se uma estimativa para que estes possam ser mensurados.

Contudo, a estimativa obtida deve satisfazer o requisito de ter como principal finalidade a prevenção, redução ou reparação de danos ambientais (NCRF 26, § 9, Anexo XVI).

Do conceito de dispêndios de natureza ambiental, excluem-se os gastos incorridos que produzem efeitos benéficos para o ambiente, mas cujo objetivo seja responder a outras necessidades, como aumentar a rentabilidade, a sanidade e a segurança nos locais de trabalho, a segurança na utilização dos produtos da entidade ou a eficiência produtiva (NCRF 26, § 9, Anexo XVI).

São pelo não cumprimento da regulamentação ambiental, assim como as indemnizações pagas a terceiros devido a danos provocadas por poluição ambiental no passado. No entanto, estes encontram-se sujeitos a divulgação no Anexo (NCRF 26, § 10, Anexo XVI).

## **5. Passivo Ambiental**

Em face do exposto no capítulo anterior, iremos caracterizar a NCRF 26 que será subdividida em três pontos – reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação.

### **5.1. Reconhecimento**

#### **5.1.1. De Passivos de Carácter Ambiental**

A Norma NCRF 26, no § 12, reconhece um passivo de carácter ambiental quando existe a probabilidade de uma saída de recursos, compreendendo benefícios económicos resultantes da liquidação de uma obrigação presente de carácter ambiental e que tenha surgido em consequência de acontecimentos passados e cuja quantia de liquidação seja mensurável de forma fiável.

A obrigação deve ser bem definida e pode ser de dois tipos:

- a) Legal ou Contratual: caso a entidade tenha este tipo de obrigação, esta deve evitar reduzir ou reparar danos ambientais;
- b) Construtiva: neste caso, resulte da própria atuação da entidade e em que essa tenha assumido publicamente a intenção de evitar, reduzir ou reparar danos ambientais.

Os danos ambientais que se possam relacionar com a empresa ou causados por ela, mas que não tenham nenhuma das obrigações anteriores não podem ser qualificadas como passivos de carácter ambiental.

Reconhece-se como passivo de carácter ambiental quando se consegue efetuar uma estimativa fiável dos gastos decorrentes da obrigação subjacente, como referido no § 15. Se existir uma obrigação que não se consiga quantificar de forma clara à data do encerramento do balanço, mas que seja possível fazer-se uma estimativa fiável da quantia da obrigação deve ser constituída uma provisão.

Um passivo contingente é uma obrigação possível que resulta de acontecimentos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de acontecimentos futuros incertos não completamente sob o controlo da entidade. Ou uma obrigação presente que resulta de um acontecimento passado mas que não reconhecida, por não poder ser mensurável ou ser pouco provável.

Os passivos contingentes de carácter ambiental não devem ser reconhecidos no balanço, mas sim divulgados nas notas do Anexo ao balanço, a não ser que seja muito remota a possibilidade da obrigação se concretizar, neste caso não é necessário divulgar essa informação.

### **5.1.2. Compensação de Passivos e Reembolsos Esperados**

Ainda em relação ao reconhecimento de passivos de carácter ambiental a NCRF 26 refere a compensação de passivos e reembolsos esperados. No § 19 a norma refere: “caso a entidade preveja que alguns ou todos os dispêndios relacionados com um ativo de carácter ambiental sejam reembolsáveis por uma outra parte, esse reembolso apenas será reconhecido quando seja virtualmente certo que será recebido caso a entidade liquide tal obrigação”.

O reembolso, apenas, poderá ser utilizado como compensação de um passivo de carácter ambiental quando houver lugar a direito legal a essa compensação e a entidade em questão tiver intenção de o utilizar.

Com base nestas disposições for apropriado efetuar tal compensação, estas deverão ser divulgadas no Anexo a quantia total do passivo bem como o reembolso esperado, como referido no § 20.

### **5.1.3. De Dispêndios de Carácter Ambiental**

Os dispêndios de carácter ambiental devem ser reconhecidos como gastos no período em que incorrem, a não ser que satisfaçam os critérios para serem considerados como um ativo.

Os dispêndios de carácter ambiental relacionados com danos ocorridos em exercícios anteriores não podem ser qualificados como ajustamentos de exercícios anteriores, mas pelo contrário devem ser registados como gastos no exercício corrente.

Os dispêndios de carácter ambiental podem ser capitalizados desde que tenham sido incorridos para evitar ou reduzir danos futuros ou para preservarem recursos,

proporcionando benefícios económicos no futuro e que satisfaçam as condições para serem reconhecidos como ativos.

Os dispêndios de carácter ambiental, apenas, podem ser qualificados para reconhecimento como ativos, se se destinarem a aumentar a vida útil da atividade da entidade, e se para além disso, estiver satisfeita uma das seguintes condições:

- 1) Prologuem a vida útil, aumentem a capacidade, melhorarem a segurança ou eficiência de outros ativos detidos pela entidade;
- 2) Sirvam para reduzir ou evitar a contaminação ambiental provocada por atividades futuras, sendo também melhoradas as condições do bem.

Para além de obedecerem aos critérios anteriores para serem considerados como ativos, os dispêndios de carácter ambiental devem ser capitalizados e amortizados no período corrente durante os períodos futuros. Caso contrário, devem ser registados como gastos do período, quando incorridos.

Os dispêndios de carácter ambiental não devem ser capitalizados, mas sim, imputados aos resultados caso não proporcionem benefícios económicos futuros. Nas situações em que o dispêndio ambiental respeitem a atividades passadas ou correntes e ao restauro das condições ambientais no estado em que se encontravam antes da contaminação.

Mas, quando se adquire maquinaria ou instalações fabris, para cumprir as leis e regulamentos ambientais e que satisfaçam os critérios de reconhecimento como ativo, devem ser capitalizados.

Quando o dispêndio de carácter ambiental, que seja reconhecido como ativo e como tal capitalizável, esteja relacionado com outro ativo já existente, deve ser considerado como parte integrante desse ativo, não devendo ser reconhecido separadamente.

#### **5.1.4. Imparidades de Ativos**

Os acontecimentos de carácter ambiental podem levar à redução de valor de um ativo, por exemplo, de uma contaminação de um local, assim, o seu valor líquido deverá ser ajustado. Se a quantia recuperável for inferior à contabilizada, teremos uma perda por imparidade e tem que se ajustar esse valor. A quantia desse ajustamento deverá ser imputada a resultados do período.

## **5.2. Mensuração**

### **5.2.1. Passivos Ambientais**

Segundo o § 35 da NCRF 26, um passivo ambiental é reconhecido quando for possível fazer uma estimativa fiável dos dispêndios a liquidar a obrigação. A quantia desse passivo deve ser a melhor estimativa para liquidar a obrigação presente à data do balanço. Nesta situação, é importante ter em conta a evolução futura da técnica e da legislação.

Quando não é possível determinar a melhor estimativa com fiabilidade suficiente o passivo deve ser considerado contingente e divulgado no Anexo, junto com as razões da impossibilidade de ser feita, tal estimativa.

Para a mensuração do valor do passivo ambiental, a norma refere os seguintes pontos a seguir:

- 1) Os dispêndios incrementais diretos do esforço de reparação;
- 2) As remunerações e prestações pagas aos trabalhadores que se encontra previsto dedicarem-se ao processo de restauração;
- 3) As obrigações de controlo após reparação dos danos causados;
- 4) Progresso tecnológico na medida em que seja provável que as autoridades recomendem a utilização de novas tecnologias.

### **5.2.2. Provisões para Restauro de Locais Contaminados e Desmantelamento**

Segundo a NCRF, os dispêndios relacionados com o restauro de locais, remoção de desperdícios acumulados, paragem ou remoção de ativos, que a entidade seja obrigada a incorrer devem ser reconhecidos segundo os critérios estabelecidos para os passivos de carácter ambiental.

Este passivo deve ser reconhecido na data em que tiver início a atividade e, por isso, surgir a obrigação. No caso de se tratar de atividades de longo prazo é permitida uma constituição gradual de uma provisão para esses dispêndios. Uma fração dessa provisão é imputada como gasto em cada período contabilístico.

### **5.2.3. Desconto dos Passivos Ambientais de Longo Prazo**

Quando os passivos ambientais não são liquidados num futuro próximo pode-se recorrer à mensuração pelo valor presente, ou seja, descontado, caso a obrigação, a quantia

e a data dos pagamentos estiverem fixados ou possam ser calculados com fiabilidade. Também se pode optar pela mensuração ao custo corrente, que é o custo estimado não descontado. O método utilizado deve ser relatado em Anexo.

A empresa deve ser consistente com as suas políticas, isto é, deve utilizar o mesmo método na mensuração dos seus passivos ambientais e deve também aplicar o mesmo método a todos os ativos relacionados com a recuperação de uma parte ou totalidade de um passivo.

### **5.3. Apresentação e divulgação**

As matérias de carácter ambiental são, em Portugal, divulgadas nos relatórios e contas das empresas, bem como nos relatórios autónomos (Eugénio, 2011). Segundo Rodrigues (2010), a divulgação tende a melhorar a qualidade do relato financeiro, e por isso, não deverá deixar de ser efetuada. De acordo com a NCRF 26 no § 47, as matérias ambientais devem ser alvo de divulgação, na medida em que sejam consideradas materialmente relevantes para a avaliação do desempenho ou da posição financeira da entidade.

A NCRF 26 no § 48 e 49 refere que as matérias de carácter ambiental têm de ser divulgadas, tanto no Relatório de Gestão, como no Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados.

Nas “informações sobre matérias ambientais” a divulgar no Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados, devem estar referidas as seguintes situações, caso se verifiquem (NCRF 26, § 49):

- Dotação de gastos, ou se for caso disso, o critério de capitalização e políticas de amortizações;
- Variação das provisões ou criação de reservas para atender a situações de desastres ecológicos;
- Divulgação de informação de passivos contingentes.

De acordo com o nº 3 do artigo 66º, do Código das Sociedades Comerciais, no relatório de gestão devem estar incluídos tanto os aspetos financeiros, como aspetos não financeiros importantes para as atividades específicas da entidade, incluindo a informação sobre questões ambientais e questões relativas a trabalhadores.

Essas informações devem conter uma análise da evolução e situação das atividades da empresa, se forem suscetíveis de serem diretamente afetadas por matérias ambientais, sendo portanto necessário efetuar as seguintes divulgações (NCRF 26, § 48):

- Problemas do meio ambiente que afetem a empresa ou os seus departamentos;
- Políticas e programas que a empresa aprovou a respeito de medidas de proteção ambiental;
- Benefícios e programas alcançados desde a introdução da política ou da aprovação dos programas (ou nos últimos 5 anos se este período for menor);
- Os objetivos que a empresa definiu em relação às emissões que afetem o meio ambiente e os resultados que a empresa alcançou no cumprimento desses objetivos;
- O grau de aplicação das medidas de proteção do meio ambiente impostas por legislação estatal e em que medida se cumpriram as exigências legais;
- Práticas matérias estabelecidas na legislação sobre o meio ambiente;
- Consequências financeiras das medidas de proteção ambiental relacionando os investimentos necessários e os proveitos, quer para o exercício corrente quer para exercícios futuros;
- Divulgação dos gastos operacionais descrevendo as medidas de proteção ambiental com as quais se relacionam;
- O valor gasto capitalizado no exercício, bem como os prazos de amortizações previstos.

## **PARTE II – ESTUDO DE CASO**

### **6. Caracterização e Evolução do setor da construção em Portugal desde 1990**

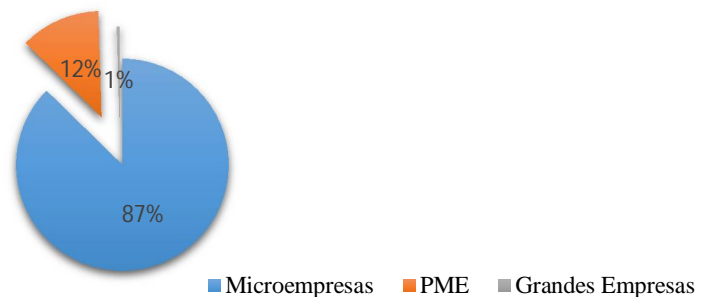
A indústria da construção em Portugal movimentava vários setores a montante e a jusante da sua cadeia de produção, daí que seja considerado um dos setores impulsionadores da economia nacional, não só pelo seu peso específico na criação de riqueza, como também, de emprego, tendo em conta o seu óbvio efeito multiplicador sendo, por isso, uma atividade fundamental para o crescimento económico.

Este setor tem especificidades próprias caracterizadas pelo conjunto que engloba clientes, projetos, produtos, operações produtivas, tecnologias e unidades produtivas diferentes que implicam a interação de várias empresas de diversos setores (Afonso, et al. 1998).

Este setor atua, principalmente, nas áreas da construção de edifícios, residenciais e não residenciais, cuja a procura pode partir do setor privado ou público, e em obras públicas, que podem compreender as primeiras, mas estendem-se à construção de infraestruturas de outras naturezas, como a construção de vias rodoviárias, ferroviárias, pontes, barragens, entre outras.

A estrutura empresarial do setor da construção em Portugal, como acontece nos restantes países europeus é constituída, predominantemente, por microempresas (87%) e pequenas e médias empresas (12%), tendo as de maior dimensão uma representação muito reduzida, de cerca de 1%, como podemos verificar no gráfico seguinte.

Gráfico 1 – Estrutura Empresarial do Setor da Construção em Portugal 2012



Fonte: Banco Portugal

Na década de 90 do século XX, o setor da construção em Portugal apresentou um elevado dinamismo provocado pela aceleração da atividade económica e das descidas das taxas de juros nominais que incentivaram a construção. Este dinamismo refletiu-se em grandes projetos, como são o caso da Expo 98 ou da Ponte Vasco da Gama, mas também, na construção de um conjunto elevado de infraestruturas de transportes como autoestradas, ferrovias, expansão de aeroportos e pontes (Baganha, et al, 2002).

A evolução acentuada no setor ao longo dessa década explica-se com a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia (CEE), em 1986, com a qual beneficiou de importantes fundos estruturais que ajudaram a promover o desenvolvimento de infraestruturas por todo o país.

Paralelamente, a implementação progressiva de liberdade de circulação dos cidadãos de Estados membros da União Europeia (UE), a partir de 1992, e o alargamento da UE a novos Estados criaram condições que deram origem ao desenvolvimento de fluxos



migratórios provocados pela evolução económica do setor da construção civil e obras públicas na UE.

Relativamente a Portugal, verificou-se um fluxo constante de imigrantes dos países pertencentes à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e a saída de trabalhadores portugueses para outros países europeus, geralmente ao serviço de empresas portuguesas (Baganha, et al. 2001).

A evolução do setor foi progressiva, desde 1990, e até entrar no século XXI, onde teve o seu declínio. Desde 2002, que o setor da construção está em recessão continua, resultante do défice de investimento que se tem verificado e que é uma das principais causas pela falta de dinamismo da economia portuguesa.

A construção é, sem dúvida, o setor mais afetado por esta situação, atravessando a mais profunda e prolongada crise de que há registo. Uma crise que não decorre da recessão económica global que estamos a enfrentar, mas que está a ser seriamente agravada por esta.

Em 2008, fizeram-se notar os primeiros sinais de recuperação, no entanto, no último trimestre desse ano a crise financeira global gerou efeitos que se fizeram sentir negativamente no conjunto de atividades económicas em Portugal, sendo esta ainda é mais evidente no setor da construção, uma vez que a atividade da construção está intrinsecamente ligada aos aspetos críticos de crise, isto é, a crise de créditos, de confiança dos agentes económicos e a evolução dos preços dos ativos (Deloitte/ANEOP, 2009).

A solução encontrada pelas grandes empresas de construção portuguesas passou pela internacionalização, aproveitando uma conjuntura externa favorável, com grande destaque para Angola, mas sem esquecer os restantes CPLP e outros países africanos, nomeadamente na região do Magreb. As restantes empresas que compõem a maior parte do tecido empresarial português foram obrigadas a se reestruturarem, originando um elevado número de despedimentos e falências das mesmas.

Uma vez que a situação que o setor da construção evidenciava, em Portugal, era o oposto à vivida no resto do mundo, foi possível encontrar na internacionalização uma forma de sobrevivência das grandes empresas nacionais. Esta necessidade de procurar oportunidades que eram escassas dentro de Portugal tornou-se uma oportunidade para as grandes empresas portuguesas de ganhar obras no exterior com elevadas margens de lucro e em contextos de pouca concorrência (Baganha, et al. 2002).

A necessidade de internacionalização tornou-se praticamente obrigatória para as grandes empresas da construção portuguesa ao se depararem com um significativo aumento dos preços das matérias-primas e a diminuição da procura a nível internacional. Ao mesmo tempo, surgiu a necessidade de aumentar o volume de negócios, investindo em projetos mais ambiciosos e desafiantes.

Nos anos que se seguiram o panorama não sofreu melhorias, com reduções no número dos trabalhadores do setor da construção na ordem dos 20%. A situação agravou-se, em 2012, o Produto Interno Bruto (PIB) caiu e o desemprego aumentou. Esta evolução decorreu num contexto externo adverso, marcado pela recessão na zona euro e pelo abrandamento do crescimento económico mundial.

Na sequência da implementação do processo de ajustamento da economia portuguesa, enquadrado pelo programa de assistência económica e financeira. No cumprimento das medidas exigidas neste programa, tem-se observado significativas perdas no produto e emprego acentuadas pela crise económica e financeira internacional.

A economia portuguesa, em 2013, continuou num cenário de recessão das condições monetárias e financeiras e de contenção da política orçamental.

No entanto, a tendência recessiva abrandou, com uma diminuição do Produto Interno Bruto (PIB), apresentando uma perda na atividade económica (-1,4% de crescimento do PIB), após reduções de -1,8% e -3,3%, em 2011 e 2012, respetivamente, refletindo uma queda generalizada da procura interna e o condicionamento do investimento público, factos que influenciaram o crescimento da economia nacional.

De acordo com INE, a contribuir para o bom resultado do último trimestre esteve a recuperação da procura interna (de -6,6% para -2,3%, em 2012 e 2013), com destaque para o consumo das famílias e o efeito positivo da procura externa líquida devido à aceleração das exportações de bens e serviços. Foi um ano de crescimento das exportações (6,4%) voltou a superar as importações (3,6%), fazendo novamente reduzir o défice comercial português.

Em termos de emprego, a economia portuguesa estava a dar sinais mais sustentados de recuperação do mercado de trabalho, sendo que entre Março e Dezembro de 2013 foram criados 128 mil novos empregos. Apesar da recuperação, o número de empregos criados está longe de anular os que foram destruídos durante a crise.

A criação de novos postos de trabalho é um dos fatores que justifica a descida da taxa de desemprego. Assim, em 2013 a população ativa situava-se em cerca de 4.513,5 mil indivíduos, verificando um decréscimo relativo ao ano transato de -2,6%.

Segundo o Banco de Portugal o ano de 2013 caracterizou-se por uma ligeira melhoria das condições de financiamento, que se manteve no entanto em níveis restritivos.

Em relação ao setor da construção, o investimento no 2º semestre de 2013 registou quedas de 13% face ao mesmo período de 2012 e de 1,0% face ao 1º trimestre de 2013. Variações que embora negativas apresentaram um certo abrandamento na tendência de queda nos últimos anos (INCI, 2013).

Apesar de continuar num cenário pouco otimista, a economia portuguesa a partir de 2014 começa a apresentar sinais de recuperação da sua atividade, após o período de implementação do processo de ajustamento, iniciado no 1º trimestre de 2011 e concluído em maio de 2014.

Segundo dados do INE, 2011, 2012 e 2013, foram anos em que a atividade económica portuguesa registou uma contração significativa na maior parte dos indicadores macroeconómicos, sendo que a partir de 2014, o PIB começou a registar variações positivas, marcando o regresso ao crescimento do consumo privado e principalmente da procura interna.

No setor da construção alguns indicadores indiciavam uma possível recuperação no setor a curto prazo. O índice de produção no setor registou uma variação homóloga de -9%, tendo no ano anterior registado cerca de -16%. O investimento neste setor apresentou uma variação homóloga de -4,3% (-14,1% em 2013).

A taxa de desemprego continuou elevada 13,9% ainda assim mais baixa que em 2013 (16,2%). O número de desempregados oriundos de empresas de construção em 2014 foi de 12,5 mil indivíduos, traduzindo-se numa quebra de 4,3%, face a 2013, variação muito menos intensa que nos últimos três anos (INCI, 2014).

Em 2015, a atividade económica continuou em recuperação em linha com o ano anterior, apresentando taxas de crescimento do PIB positivas e agora mais sustentadas. Também o investimento, bem como as exportações e importações, aumentaram em volume.

A taxa de desemprego tem sido um dos elementos mais gravosos da evolução da economia portuguesa, embora, neste último trimestre, a população desempregada tenha diminuído cerca de 2,0% em relação ao mesmo trimestre de 2014.

No setor da construção o investimento, bem como o VAB, no 1º semestre de 2015, registaram variações positivas, salientando-se que, desde 2007, este último indicador não apresentava uma variação positiva (IMPIC,2015).

O setor da construção tem um grande impacto na economia, com uma forte incidência no volume do emprego, na contribuição para o PIB e na formação bruta do capital fixo, tendo ainda um efeito do arrastamento apreciável nas restantes áreas económicas.

### **6.1. Produto Interno Bruto (PIB)**

Como já referido anteriormente, o setor da construção em Portugal, tal como no resto do mundo, tem elevada importância no conjunto da economia global. A sua importância neste segmento tende a diminuir progressivamente à medida que aumenta o crescimento económico, pois a um elevado nível de desenvolvimento, corresponde um alto grau de satisfação em número de obras.

A perda progressiva de importância do setor da construção dá-se, em parte, pelo desenvolvimento económico de alguns setores do país, no entanto, o maior responsável pelo declínio do setor na economia, é a crise que se faz sentir desde o início da década, potenciado sobretudo pelo mercado habitacional.

Em Portugal a crise económica influenciou, negativamente, o PIB, provocando uma desaceleração em 2009, após um período de quatro anos de crescimento anual e um ano de crescimento nulo em 2008 (INCI, 2010).

No entanto, apesar de um decréscimo do PIB, em 2009, de 3,0%, em 2010 foi evidente um crescimento na atividade económica, registando-se um aumento de 1,9%, mas voltando a apresentar uma variação negativa até 2013, como podemos verificar no Quadro 2.

Contrariando as tendências anteriores, em 2014, o PIB volta a apresentar uma variação positiva de 0,9%, para esta evolução contribuiu a procura interna (passando de -2,3% em 2013 para 2,0% em 2014), refletindo assim uma recuperação no consumo privado e do investimento.

Em 2015, o Produto Interno Bruto (PIB) volta a ter uma variação positiva de 1,5%, mais 0,6 % em relação ao ano transato, conforme evidenciado no Quadro 2. Mais uma vez, a procura interna apresentou um contributo importante para esta evolução, passando de 2,0% em 2014 para 2,4% em 2015.

Quadro 2 – Produto Interno Bruto 2008/2015 – Variação Anual (%)

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
<b>PIB</b>	0,0	-3,0	1,9	-1,8	-3,3	-1,4	0,9	1,5

Fonte: INE Contas Nacionais Trimestrais e Anuais Preliminares – 4º trimestre 2015 e ano 2015

Embora as exportações tenham tido uma aceleração no seu comportamento, a procura externa líquida tem vindo a diminuir o seu contributo positivo, refletindo um aumento das importações de bens e serviços em volume, como referido no Quadro 3.

Em termos nominais, o PIB situou-se em cerca de 179,4 mil milhões de euros em 2015.

Quadro 3 – Composição do Crescimento, em Volume, do PIB (%)

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
<b>Procura interna</b>	1,1	-3,5	1,9	-5,7	-6,6	-2,3	2,0	2,4
<b>Exportações</b>	-0,3	-10,2	9,5	7,0	3,1	6,4	3,4	5,1
<b>Importações</b>	2,5	-9,9	7,8	-5,8	-6,6	3,6	6,2	7,3

Fonte: INE Contas Nacionais Trimestrais e Anuais Preliminares – 4º trimestre 2015 e ano 2015

O Valor Acrescentado Bruto (VAB) apresentou em 2014 e 2015 uma taxa de variação positiva de 0,9% e 1,5% respetivamente, após ter registado nos últimos três anos variações negativas. O VAB no setor da construção apresentou, em 2014 uma diminuição de (-4,0%) embora menos expressiva que em 2013 (-13,1%). Mas, em 2015 o VAB no setor da construção recuperou, para um crescimento de 3,7%, como está evidenciado no Quadro 4.

Quadro 4 – Evolução do VAB, em Volume

Unidade: milhões de euros

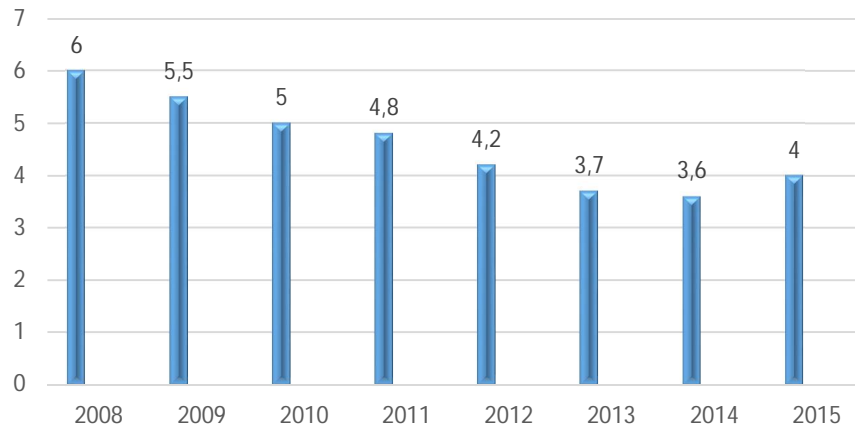
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
<b>VAB Total</b>	181.506,6	176.101,2	179.444,8	176.166,6	170.289,7	168.142,3	169.547,7	171.364,9
<b>Taxa de variação anual</b>	0,0	-3,0	1,9	-1,8	-3,3	-1,4	0,9	1,5
<b>VAB da construção</b>	10.868,1	9.670,1	9.051,6	8.464,5	7.219,9	6.275,8	6.022,4	6.833,3
<b>Taxa de variação anual</b>	-4,4	-11,0	-6,4	-6,5	-14,7	-13,1	-4,0	3,7

Fonte: INE Contas Nacionais Trimestrais e Anuais Preliminares – 4º trimestre 2015 e ano 2015

Ao nível do VAB, o setor da construção viu diminuir o seu peso, passando de 6% do VAB total em 2008 para 4% em 2015, como representado no Gráfico 2. Esta perda de peso

relativo corresponde a uma diminuição do valor nominal do VAB da construção, que era de 9.670,1 milhões de euros em 2009, passou para 6.833,3 milhões de euros em 2015.

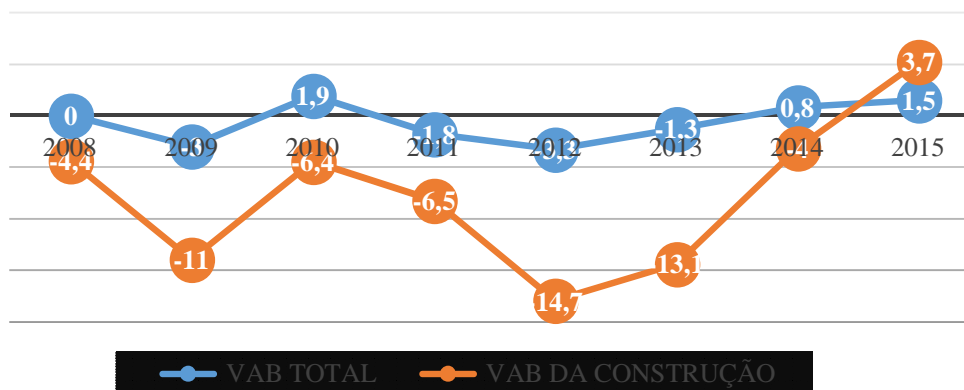
Gráfico 2 – Peso do VAB da construção no VAB total (%)



Fonte: INE Contas Nacionais – 4º trimestre 2015 e ano 2015

Numa análise dos oito últimos anos, constata-se que o VAB da construção apresentou, sistematicamente, um desempenho inferior ao da economia, ainda que durante os anos de 2008, 2010, 2011 e 2014, se tenha verificado uma diminuição da tendência divergente entre o VAB do setor e o VAB total. Mas, foi em 2015 que o VAB da construção supera pela primeira vez o VAB total, como representado no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Valor Acrescentado Bruto (taxas de variação homóloga %)



Fonte: INE Contas Nacionais – 4º trimestre 2015 e ano 2015

## 6.2. Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) tem tido um comportamento irregular ao longo dos anos. Em 2015 apresentou uma variação anual positiva de 3,6% após registar variações negativas, com particular destaque para os anos de 2011 e 2012 em que a FBCF decresceu 12,5% e 15,0% respetivamente, como está patente no Quadro 5.

Quadro 5 – Evolução da Formação Bruta de Capital Fixo em Volume

Unidade: milhões de euros

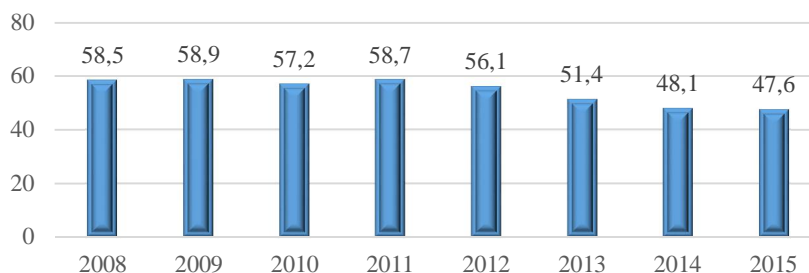
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
<b>FBCF Total</b>	40.514,4	37.447,3	37.094,9	32.451,8	27.597,8	25.854,9	26.458,9	27.827,8
<b>Taxa Variação Anual %</b>	0,4	-7,6	-0,9	-12,5	-15,0	-6,3	2,3	3,6
<b>FBCF da Construção</b>	23.703,3	22.050,0	21.217,7	19.040,7	15.481,7	13.298,4	12.726,7	13.248,49
<b>Taxa Variação Anual %</b>	-4,3	-7,0	-3,8	-10,3	-18,7	-14,1	-4,3	4,1

Fonte: INE Contas Nacionais Trimestrais e Anuais Preliminares – 4º trimestre 2015 e ano 2015

Neste domínio é, ainda, de referir que, se por um lado a FBCF no setor da construção tem tido um comportamento consistentemente negativo, por outro lado, a sua “volatilidade” é menor do que a da FBCF total.

O ano de 2012 foi um ano em que o investimento no setor da construção sofreu uma queda significativa (-18,7%). Entre 2009 e 2015, a relevância da FBCF diminuiu cerca de 11 %, tendo passado de 58,9% para 47,6%, como verificado no Gráfico 4.

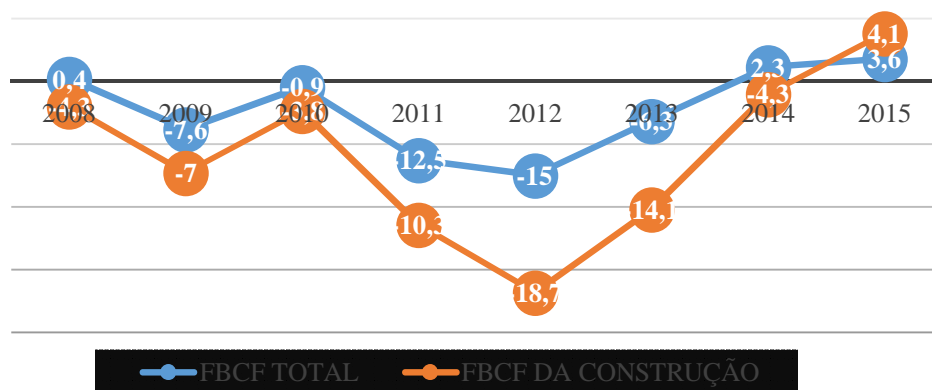
Gráfico 4 – Peso da FBCF da construção na FBCF total (%)



Fonte: INE Contas Nacionais Trimestrais e Anuais Preliminares – 4º trimestre 2015 e ano 2015

Numa análise anual, o comportamento da FBCF apresentou uma tendência semelhante à evolução do PIB, ainda que com maior variação ou oscilação, como representação no Gráfico 5.

Gráfico 5 – Formação Bruta de Capital Fixo (taxas de variação homóloga %)



Fonte: INE Contas Nacionais Trimestrais e Anuais Preliminares – 4º trimestre 2015 e ano 2015

A FBCF da construção, durante o ano de 2008, acompanhou a tendência do FBCF total, se bem que com uma oscilação mais retilínea. Logo, no início do ano 2009, foi precisamente quando a queda da FBCF mais se acentuou, registou taxas de (de) crescimento menos gravosas, o que fez supor uma sustentação por parte do setor da construção.

Durante o período de 2010 a 2013, a FBCF da construção, por seu lado, acompanhou a tendência da FBCF total, se bem que com uma oscilação menos pronunciada. Importa referir que no ano de 2012, a FBCF total e a do setor foram as mais discordantes durante os oito anos analisados, ano em que o investimento no setor da construção sofreu uma queda significativa (-18,7%).

Importa ainda salientar que o 1º trimestre de 2013 em que a FBCF do setor atingiu uma variação de -26,6% começando a inverter logo nos trimestres seguintes, passando em 2015 para uma variação positiva, e supera o FBCF total significa que começa a verificar-se mais investimento no setor.

### 6.3. O Índice de Preços no Consumidor (IPC)

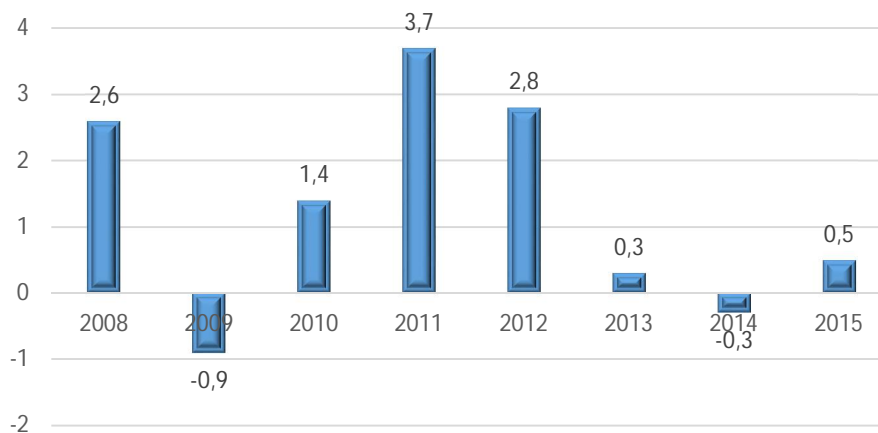
No gráfico 6 verifica-se que, em 2013, o indicador da inflação registou uma taxa de variação média de 0,3%, comparando com o ano anterior de 2,8%, que segundo informação do INE, a justificação para a desaceleração deste indicador, deve-se ao aumento menos expressivo dos preços dos produtos energéticos.



Este indicador tem sido equilibrado na última década com exceção dos anos de 2009 e 2014, em que registaram deflações, com variações médias negativas de -0,9% e -0,3% respetivamente, em resultado da diminuição da procura interna.

Durante o período de 2008 a 2015, o ano com uma evolução mais expressiva foi 2011, apresentando uma taxa de variação média de 3,7%, este impacto deveu-se em muito ao aumento dos preços nos transportes e ao agravamento da taxa de Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA) que incide sobre a eletricidade e o gás natural (de 6% para 23%).

Gráfico 6 – Índice Preços ao Consumidor em Portugal (Variação média anual)



Fonte: Índice de preços no consumidor- Dezembro 2015

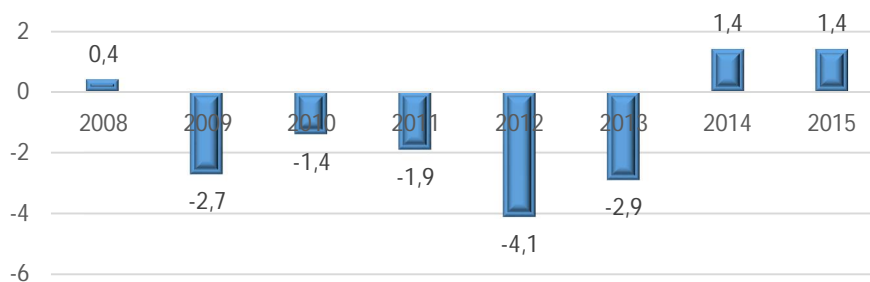
#### 6.4. O Mercado de Trabalho

De acordo com as estatísticas de emprego do INE, em 2015, a população ativa registou uma variação de 1,4%, taxa idêntica à observada no ano anterior. Como podemos observar no Gráfico 7, o ano de 2012 e 2013, foram anos em que se verificou uma diminuição mais significativa em termos de população ativa.

A população ativa situava-se, em 2015, nos 5.195,20 mil indivíduos traduzindo uma diminuição de 30 mil indivíduos face ao ano anterior.

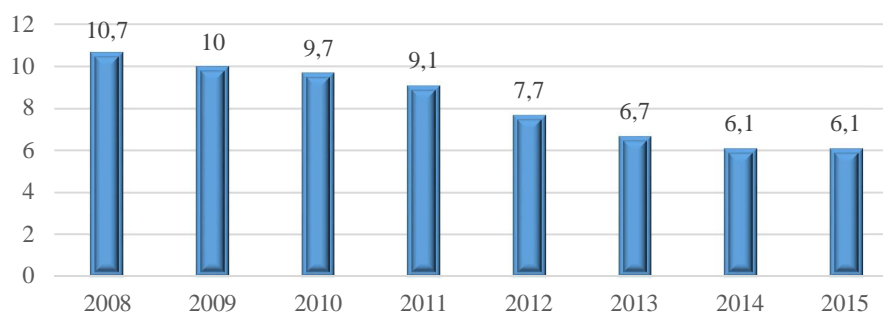
Em relação à população empregada, 2015 totalizou 4.548,7 mil indivíduos. Refira-se que este indicador não apresentava taxas de variação positivas desde 2008, como representado no Gráfico 7.

Gráfico 7 – População Empregada – Variação Homóloga (%)



Fonte: INE – Estatísticas do emprego – 4º trimestre 2015

Gráfico 8 – Emprego na Construção/Emprego Total (%)



Fonte: INE – Estatísticas do emprego – 4º trimestre 2015

Como evidenciado no Gráfico 8, a diminuição da população empregada no setor da construção representou 6,1% relativamente ao total da população empregada. Este tem, aliás, sido uma tendência geral, na medida em que desde 2002 o setor da construção tem vindo a perder peso no emprego total.

### 6.5. Perspetivas do setor da construção em Portugal

Depois de 13 anos consecutivos de quebras no volume de produção, finalmente, em 2015 verificou-se uma evolução positiva, refletindo-se em taxas de crescimento de 4,1% no investimento em construção e de 3,7% do VAB das empresas de construção (de acordo com os valores das contas nacionais trimestrais disponibilizadas pelo o INE), também o emprego acompanhou o aumento da produção, com um crescimento de 0,6%.

O desempenho positivo do setor assentou no forte dinamismo do segmento imobiliário, resultante do aumento da procura, particularmente a oriunda do exterior.

Em termos de transações imobiliárias, no mercado residencial destacou-se o forte aumento do montante das novas operações de crédito para aquisição de habitação (+74%).

Já no que concerne à construção nova de habitação, verifica-se um expressivo aumento do licenciamento (+19%), após 15 anos consecutivos de redução no número de fogos licenciados.

Também o mercado de obras públicas, refletindo a política orçamental restritiva e a redução do investimento público, manteve-se em declínio, com quebras de 37% no valor dos contratos de empreitadas de obras públicas e de 19% no montante de obras postas em concurso.

Neste contexto, não admira que os empresários do setor se sentissem mais otimistas em 2015 do que no ano anterior, o que traduziu em evoluções positivas dos indicadores relativos ao nível de confiança (16,3%), nível de atividade (13,3%), carteira de encomendas (37,5%) e situação financeira (4,0%).

Assim, perspetiva-se para o ano de 2016 que a produção neste setor começará de novo a crescer estimando-se uma retoma no segmento dos edifícios não residenciais e na engenharia civil, não obstante a construção residencial continuará a apresentar valores muito moderados (IMPIC, 2015).

As perspetivas de evolução futura são positivas, com a procura dirigida ao setor a recuperar, tal como indica o crescimento observado no licenciamento de novas construções e o significativo acréscimo registado pelo valor dos concursos públicos promovidos face ao ano passado.

## **7. Processo de Investigação**

### **7.1. Metodologia**

A metodologia é aplicação de procedimentos, métodos e técnicas de pesquisa que possibilitam a recolha e o processamento de informações, visando encaminhar para a resolução de problemas e/ou questão de investigação e avalia os vários métodos disponíveis para a realização de uma pesquisa científica (Prodanov e Freitas, 2013).

Para atingir os objetivos mencionados no ponto anterior, o método escolhido foi o estudo de caso. O estudo de caso trata-se de uma abordagem metodológica que visa a exploração intensiva de uma simples unidade de estudo. Este é caracterizado por ser particular e descritivo (Freixo, 2010).

O estudo de caso é o método de investigação que envolve uma investigação empírica de um fenómeno particular e contemporâneo no seu contexto da vida real, consistindo num estudo profundo e exaustivo de um ou alguns objetos (Yin, 2010).

As limitações do estudo de caso têm a ver, por um lado, com o risco na mudança de situação no caso investigado, o que pode obrigar o pesquisador a refazer o trabalho e, por outro lado, fornece pouca base para generalização científica (Yin, 2010).

De seguida apresentam-se outras características e limitações apontadas por Spinola e Silva (2005:15 e 19) ao “estudo de caso”. É altamente sujeito às análises intuitivas e incontrolláveis; é relativamente fácil de ser executado sem maiores preocupações metodológicas; exige maior habilitação do investigador; e a amostra em geral é pequena, dificultando tratamento estatístico.

Os mesmos autores referem, ainda, que apesar dessas dificuldades, o método de estudo de caso, sistematicamente, aplicado permite uma compreensão profunda das inter-relações de um problema, tornando-se muito útil sobretudo quando o objetivo é auxiliar na elaboração ou no aprimoramento de teorias (Spinola e Silva, 2005:19).

O estudo de caso foi efetuado a partir da análise da documentação disponível nos sites das empresas, com recurso aos relatórios e contas anuais e relatórios adicionais, nomeadamente relatórios ambientais e de sustentabilidade, dando ênfase aos Passivos Ambientais.

## 7.2. Estudo de Caso

Com vista a selecionar as empresas que constituem o estudo de caso identificou-se, numa primeira fase, o universo a partir do Ranking das 1000 maiores empresas Portuguesas de 2013<sup>4</sup> tendo, posteriormente, em consideração as empresas com impacto ambiental e que não estivessem cotadas na bolsa de valores.

Posto isto, estamos em condições de iniciar as fases de restrições, com o objetivo de selecionar as empresas objeto de desenvolvimento para estudo de caso:

**1ª Fase:** inicialmente eliminámos todas as empresas cotadas em bolsa de valores e as que, não sendo cotadas, não aplicam a NCRF 26, uma vez que, preparavam as suas demonstrações financeiras segundo as Normas Internacionais de Contabilidade e de Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), emitidas pelo *International Accounting*

---

<sup>4</sup> Publicado no Diário Económico (2014) – Especial 1000 maiores empresas, em 15-02-2015

*Standards Board (IASB)* e adotadas pela União Europeia para o exercício económico com início a 1 de janeiro de 2013.

**2ª Fase:** depois passámos a eliminar todas as empresas em que o impacto ambiental é mais reduzido, designadamente empresas dos setores dos serviços e do comércio.

**3ª Fase:** também eliminámos as empresas que não publicam nos seus sítios de internet os relatórios e contas, porque assim não teríamos acesso às informações financeiras.

Chegou-se, desta forma, às seguintes empresas:

- Conduril – Engenharia, S.A
- Construções Gabriel A.S. Couto, S.A
- Lena – Engenharia e Construções, S.A
- MSF – Engenharia, S.A

## **8. Análise e Discussão dos Resultados**

Neste ponto, iremos fazer uma breve caracterização das empresas em estudo e uma pequena análise da evolução das empresas durante os anos de 2011 a 2015. Essa análise pretende verificar a evolução em termos de volume de negócios, ativo, passivo, do capital próprio e do resultado líquido ao longo dos anos.

### **8.1. Caracterização das Empresas**

#### **➤ Conduril – Engenharia, SA**

A Conduril – Engenharia, SA, anteriormente denominada de Conduril – Construtora Duriense, SA, é uma sociedade anónima constituída, em 14 de Fevereiro de 1959, que tem a sua sede social em Valongo. Com capital social 10 milhões de euros, representadas por 2 milhões de ações escrituradas pelo valor nominal de 5€cada.

Tem presença internacional, através das suas sucursais em Angola, Moçambique, Botswana, Espanha, Cabo Verde, Senegal, Zâmbia e Malawi.

A empresa tem como objeto social, empreitadas públicas ou particulares e todos os trabalhos que se prendam com o exercício da atividade.

Um fator importante para a empresa são os recursos humanos que ascendem a cerca de 2500 colaboradores. A empresa aposta na flexibilização da estrutura organizacional, formação contínua e valorização profissional dos seus colaboradores.

➤ **Construções Gabriel A.S. Couto, SA**

A Gabriel Couto é uma empresa da construção civil e obras públicas com mais de meio século de existência, com sede em Vila Nova Famalicão e com capital social 5 milhões de euros.

De uma pequena unidade económica de relevância local evoluiu para uma organização atualmente nos rankings das empresas de referência no setor, de uma forma sustentada, diversificando produtos, serviços e mercados.

Com o contributo decisivo dos seus colaboradores, que são hoje mais de 700, a empresa atinge valores de produção e venda próximas de 100 milhões euros.

Numa estratégia de expansão, diversificação e especialização em novas áreas de negócio, a Gabriel Couto participa, diretamente, em diversas empresas que lhe permitem a penetração em novos mercados e potenciam sinergias.

➤ **Lena – Engenharia e Construções, SA**

O Grupo Lena tem as suas origens na década de 50, do século XX nasceu em Leiria com atividades individuais de António Vieira Rodrigues ligadas a terraplanagens e construção.

Em 1974 constitui-se a “Construtora Lena”, empresa a partir da qual pode ser traçada a sua história mais recente. Os anos 90 foi uma década marcante, com base no crescimento alcançado na área da construção, a empresa conseguiu diversificar as suas atividades e constituir, formalmente, o “Grupo Lena”, em 1998.

As empresas foram organizadas em conselhos estratégicos, o que permitiu harmonizar a diversidade dos negócios existentes no seio do Grupo e dotá-los de princípios de gestão transversais a toda a estrutura.

A internacionalização no Grupo Lena iniciou-se nesse ano no Brasil. Hoje, o Grupo está igualmente presente em Angola, Argélia, Bulgária, Espanha, Marrocos, Moçambique, Roménia e Venezuela. Mais, recentemente, entrou nos mercados da Colômbia e do México.

Em 2009, iniciou-se um profundo processo de reestruturação do Grupo Lena, para alcançar a visão e os objetivos estratégicos e é implementado, em 2010, um novo modelo de governo corporativo. O Grupo Lena tem capital social no valor de 20 milhões de euros totalmente realizados.

A LENA Engenharia & Construção SGPS, SA, é a sub-holding do Grupo Lena que gere as participações sociais nos setores da engenharia e concessões, imobiliária e indústria.

Têm uma vertente para o setor do ambiente em que gere os aterros de Castelo Branco e Beja.

O Grupo Lena contou, em 2013, em média com 2559 colaboradores distribuídos por 9 áreas de negócios e 9 países. Cerca de 70,41% dos colaboradores desempenharam funções nos mercados internacionais de presença do Grupo Lena.

Em 2013, verifica-se um aumento no número total de colaboradores face a 2012 decorrente do crescimento verificado nos mercados internacionais de presença do Grupo Lena e devido às fusões ocorridas durante o ano que permitiram a entrada de entidades que antes não faziam parte do perímetro de consolidação.

#### ➤ **MSF – Engenharia, SA**

A MSF foi fundada, em 20 de Outubro de 1969, tendo como principal atividade a execução de projetos de engenharia de grande envergadura e complexidade técnica. Tendo a sua sede social no Alto da Faia, em Lisboa, e com capital social realizado no valor de 28.067.480 euros.

A ampla experiência adquirida, um dos mais valiosos ativos da empresa, permite-lhe intervir em todos os segmentos e especialidades da construção, em domínios tão diversos como barragens, túneis, redes da construção, condutas e canais, obras marítimas, estradas, autoestadas, pontes, viadutos, caminhos-de-ferro, aeroportos, infraestruturas, construção industrial, e construção e recuperação de edifícios.

Consciente da necessidade de expansão das suas capacidades além-fronteiras, a MSF iniciou a sua internacionalização, em 1997, criando a divisão internacional e elegendo como mercados preferenciais África e Europa Central e de Leste.

Em 2013 encontravam-se ao serviço da MSF e empresas integradas no seu perímetro de consolidação, 1434 colaboradores. Destaca-se que mais de 40% dos colaboradores são quadros superiores e altamente qualificados.

## **8.2. Breve Análise da Evolução das Empresas**

Neste ponto, iremos analisar indicadores que nos permitam verificar a situação económico-financeira das empresas em estudo.

Começando por analisar a evolução do volume de negócios das empresas, que nos permite verificar a evolução da atividade económica. Posto isto, iremos verificar a posição financeira das empresas, analisando as seguintes variáveis: Ativo, Passivo e Capitais Próprios. E iremos também analisar um dos indicadores mais importantes da rentabilidade global de uma empresa, o resultado líquido, pois constitui a base da remuneração dos capitais próprios, ou, quando retidos, contribuem para aumentar o valor contabilístico da empresa e consolidar a sua autonomia financeira.

➤ **Volume de Negócios**

A Conduril – Engenharia, SA, ao longo do período em análise, verificámos que existe um decréscimo ao longo dos cinco anos (2011 a 2015), acentuando-se no ano de 2015. Em 2011, o volume de negócios era de 238 milhões de euros passando, em 2015, para 196 milhões de euros.

Nas Construções Gabriel A.S. Couto, S.A, verificámos que o volume de negócios de 2011 para 2012 teve um crescimento, em cerca de 7%. Em termos de valor, 2011 teve um volume de negócio de 97 milhões de euros para 103 milhões de euros em 2012. De 2012 para 2013, o volume de negócios estagnou. Mas, em 2014 o volume de negócios voltou a diminuir em cerca de 10% em relação ao ano anterior, passando para 94 milhões de euros.

Em relação ao ano de 2015, não existem dados disponíveis para poder efetuar uma análise mais correta.

Na Lena – Engenharia e Construções, SA, ao longo dos cinco anos o volume de negócios tem vindo a decrescer, 2012 registou um ligeiro decréscimo, face ao ano de 2011, tendo atingido os 495 milhões de euros. Em 2013, assistimos a um decréscimo de 17% no volume de negócio, que atingiu os 410 milhões de euros. Esta situação ficou marcada por um decréscimo da atividade em Portugal, decorrente do contexto económico adverso vivido na economia portuguesa, e por um importante crescimento da atividade na área internacional.

Mantendo a performance de resultados positivos desde 2012, 2014 superou 2013 e assumiu-se como o ano onde se apresentou os melhores resultados de sempre. Apesar, da desaceleração forçada pelo contexto atual com a diminuição da capacidade de investimento nos principais países de internacionalização condicionado pela evolução do preço do



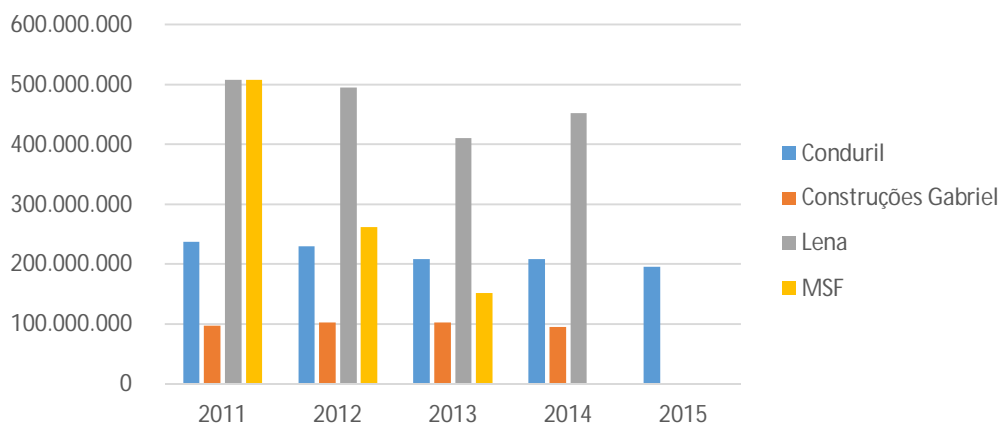
petróleo, o Grupo Lena conseguiu em termos consolidados um volume de negócios de 453 milhões de euros.

Em relação ao ano de 2015, não existe informação disponível para poder efetuar uma análise mais correta.

Na MSF – Engenharia, SA o volume de negócios, em 2012, atingiu o montante de 263 milhões de euros, um decréscimo muito significativo face ao ano anterior que era de 508 milhões de euros. Este comportamento decorreu, essencialmente, da difícil conjuntura do setor em Portugal.

O ano de 2013 continuou a ser um ano muito difícil para o setor em Portugal, continuando com uma queda muito acentuada no volume de negócios, atingindo assim os 151,60 milhões de euros, como podemos constatar no Gráfico 9, em que se faz uma comparação entre o volume de negócios das quatro empresas. A empresa MSF – Engenharia, SA, não tem disponível no seu site os relatórios e contas de 2014 e 2015 para podermos efetuar uma análise mais ajustada à realidade.

Gráfico 9: Evolução do Volume de Negócios, valores em euros



Fonte: Elaboração Própria

### ➤ Ativos

A Conduril – Engenharia, SA, no que se refere à evolução do ativo, durante os cinco anos em análise, verificámos em termos totais, que o valor atinge o seu máximo em 2014, situando-se acima dos 500 milhões de euros. Da análise do Gráfico 10, concluiu-se que o ativo tem sofrido ligeiras oscilações ao longo do período.

Em relação à evolução do ativo das Construções Gabriel A.S. Couto, SA, constatamos que 2012 foi ano em que atingiu o seu máximo, em termos de ativo total. Mas, como

podemos verificar no Gráfico 10, o ativo total tem vindo a diminuir o seu valor ao longo dos anos. Em 2015 não podemos comprovar esta situação pois não temos dados disponíveis.

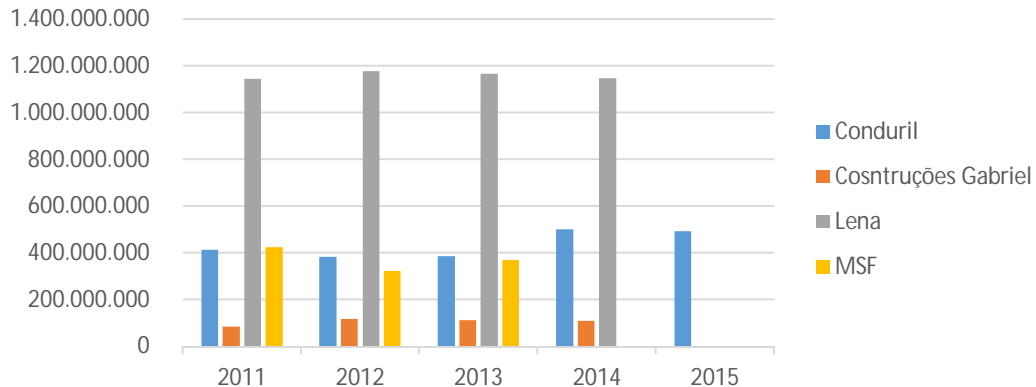
A Lena – Engenharia e Construções, SA ao longo do período em análise verificou-se ligeiras oscilações do ativo total. No ano de 2012 atinge o seu máximo no valor de 1.179 mil milhões euros.

Em relação ao ano de 2015, não temos informação disponível para podermos efetuar uma análise corretamente.

Por fim, a MSF – Engenharia SA, em termos de evolução do ativo, podemos verificar através do Gráfico 10, que durante o período em análise existiu algumas oscilações de ano para ano, mas com tendência a diminuir.

O ano de 2012 foi o ano onde o decréscimo foi mais acentuado, atingindo o valor de 324 milhões de euros, significa que em termos de percentagem existiu um decréscimo na ordem dos 30%. Mas, 2013 começa a inverter a tendência negativa, aumentando o ativo em cerca de 13% em relação ao ano anterior, como evidenciado no Gráfico 10.

Gráfico 10 : Evolução do Total do Ativo, valores em euros



Fonte: Elaboração Própria

### ➤ Passivos

Em termos de evolução do passivo total, verificámos que na Conduril – Engenharia, SA, sofreu um decréscimo nos três primeiros anos, passando de 271 milhões euros (2011) para cerca de 200 milhões euros em 2013, em termos percentuais teve um decréscimo de 13,56 %. Em 2014, o valor do passivo total aumenta para 289 milhões de euros, em termos percentuais teve um aumento em cerca de 69% em relação ao ano anterior. Em 2015, volta a ter uma ligeira descida para 280 milhões de euros, como verificámos no Gráfico 11.

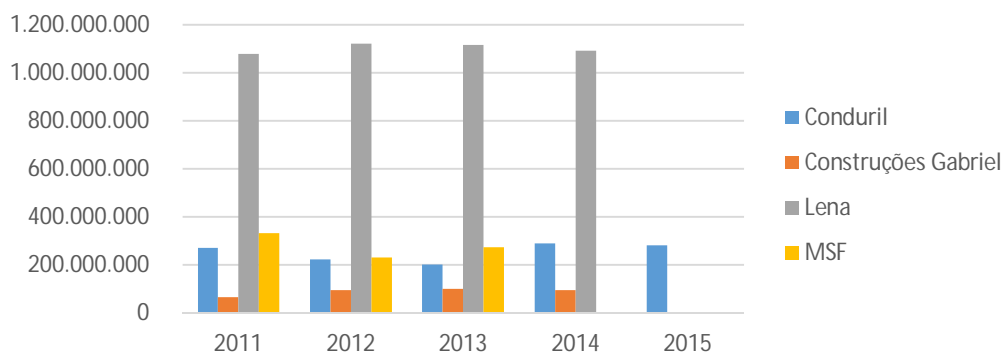
Em relação as Construções Gabriel A.S. Couto, SA, ao longo do período em análise, verificámos que o passivo total tem sofrido um aumento gradual, significando isto, que a empresa está a endividar-se.

Em 2014, a empresa apresentou uma ligeira descida no valor do passivo total situando-se nos 94 milhões euros, em termos percentuais traduz-se numa redução de cerca de 4% em relação ao ano anterior, como se pode constatar no Gráfico 11. Em 2015, não temos dados para podermos analisar.

Na Lena – Construções e Engenharia, SA, o passivo tem registado alterações de ano para ano, de 2011 para 2012, aumentando cerca de 4%, atingindo o valor 1.123 mil milhões de euros. Mas, de 2012 para 2013 verificámos um ligeiro decréscimo em cerca de 0,43%, rondando o valor de 1.118 mil milhões de euros. E em 2014, volta a sofrer um decréscimo para o valor de 1.094 mil milhões de euros, como expresso no Gráfico 11. Em 2015, não conseguimos verificar a situação pois não temos informação disponível.

A MSF – Engenharia, SA, tem sofrido um decréscimo do passivo ao longo dos anos, atingindo o seu mínimo em 2012, com o valor de 229,9 milhões de euros, menos 44% comparado com 2011. Mas, contrariando a tendência favorável de diminuição do passivo, verificada nos anteriores, 2013 foi ponto de viragem, registando um aumento de 274 milhões de euros, em termos percentuais significa um aumento de 30,4%, como podemos verificar no Gráfico 11.

Gráfico 11: Evolução do Passivo, valores em euros



Fonte: Elaboração Própria

### ➤ Capitais Próprios

Em relação á evolução dos capitais próprios, na Conduril – Engenharia, SA verificámos, através do Gráfico 12, que houve uma evolução positiva ao longo dos anos. Podemos constatar que, em 2011, os capitais próprios atingiam um valor de 141 milhões de

euros e, em 2012, passam para 163 milhões de euros, verificou-se um crescimento em cerca de 16%. Em 2013, os capitais próprios atingem o valor máximo de 187 milhões de euros, verificando-se um crescimento de 15%.

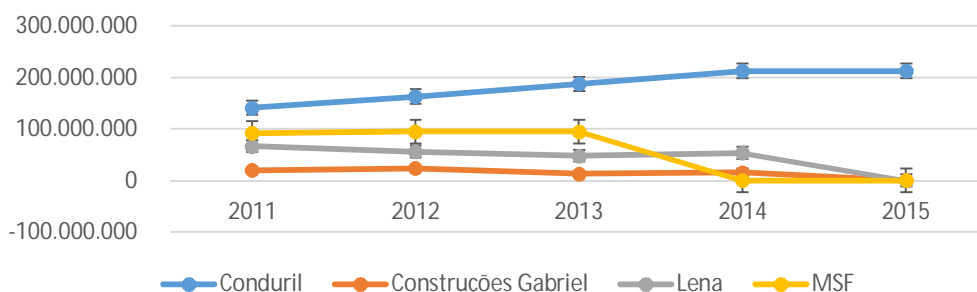
Em relação ao ano de 2014, os capitais próprios atinge o valor de 212,4 milhões de euros, que se traduz num crescimento em cerca de 13%, em relação ao ano anterior. No ano seguinte a tendência de crescimento manteve-se, mas de forma mais ligeira para o valor de 212,5 milhões de euros.

As Construções Gabriel A.S. Couto, SA, ao contrário do que se tem verificado na análise anterior dos ativos e passivos, os capitais próprios, têm sofrido um decréscimo ao longo dos três primeiros anos. Os capitais próprios atingiram o seu ponto máximo, em 2012, em cerca de 23 milhões de euros (aumento de cerca 86%) e o mínimo, em 2013, no valor de 13 milhões de euros (diminuição 79%), mas, em 2014, os capitais próprios voltam aumentar para valores que rondam os 15 milhões de euros (diminuição 15%), como constatamos no Gráfico 12. Em relação ao ano de 2015 não existe elementos disponíveis para análise.

Em termos de evolução dos capitais próprios, a Lena- Engenharia e Construções, SA tem evidenciado um decréscimo ligeiro ao longo do triénio. Em termos percentuais os capitais próprios de 2011 para 2013, já diminuíram cerca de 38%. Em 2014, a empresa volta a registar um aumento no valor dos capitais próprios em cerca de 53 milhões de euros, como se expressa no Gráfico 12. Mas no ano de 2015 a empresa não tem dados disponíveis para poder concluir a análise.

A MSF – Engenharia, SA tem tido uma evolução dos capitais próprios com sinal positivo, ao longo dos anos. Em termos percentuais os capitais próprios de 2011 para 2013 aumentaram cerca de 3%, o que podemos constatar no Gráfico 12.

Gráfico 12: Evolução dos Capitais Próprios, valores em euros



Fonte: Elaboração Própria

### ➤ Resultado Líquido

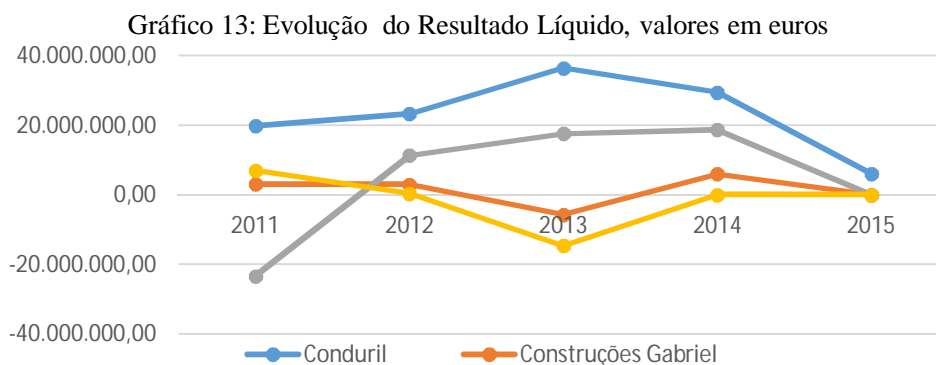
Ao analisarmos o Gráfico 13 dos resultados líquidos da empresa Conduril – Engenharia, SA, verificámos que tem tido ao longo do período em análise sempre resultados líquidos positivos, o que significa que tem obtido sempre lucro.

Nos dois primeiros anos a empresa aumentou o lucro, ligeiramente, em relação ano transato, em cerca de 18%. Mas, 2013 foi o ano em que a empresa apresentou um resultado líquido mais elevado, em termos de valor de 36 milhões de euros, significa um aumento de 56% comparando com o ano anterior. Mas, 2015 foi ao ano em que a empresa apresentou o resultado líquido mais baixo em cerca de 6 milhões de euros (diminuíram 21%).

Já nas Construções Gabriel A.S. Couto, SA, podemos constatar através da análise do Gráfico 13, que, nos dois primeiros anos o resultado líquido manteve-se em terreno positivo em cerca de 3 milhões euros, ao contrário do verificado em 2013, em que existiu uma queda brutal do resultado líquido, passando de um campo positivo para negativo (-5,66 milhões de euros). Contrariando o ano anterior, 2014 volta a ser um ano de resultado líquido positivo, situando-se em certa de 5,9 milhões de euros. Em 2015, não é possível efetuar uma análise, pois não existe dados disponíveis.

Em relação á Lena- Engenharia e Construções, SA, podemos verificar da análise do Gráfico 13, que o mesmo tem evoluído positivamente ao longo do período. Passando em 2011 de um resultado líquido negativo (-23,3 milhões de euros), para resultados líquidos positivos nos anos subsequentes. Também da Lena – Engenharia e Construções, SA, não existe dados disponíveis do ano de 2015.

Os resultados líquidos da MSF – Engenharia, SA têm tido um efeito negativo ao logo dos anos, em 2011 o resultado líquido era de 7 milhões de euros e a partir desse momento tem vindo sempre a diminuir, passando mesmo a um resultado líquido negativo em 2013.



Fonte: Elaboração Próprio

Em termos percentuais, o resultado líquido de 2011 para 2013 diminuiu cerca de 48%, como podemos constatar no Gráfico 13. Em relação anos de 2014 e 2015, a empresa MSF – Engenharia, SA não tem dados disponíveis.

### 8.3. Análise dos Aspetos Ambientais

Da análise efetuada de toda a informação disponibilizada das empresas objeto estudo de caso, elaborou-se o Quadro 6, em que se identifica se as mesmas divulgam, e onde, a informação de natureza ambiental.

Quadro 6 – Divulgação de Informação Ambiental

	Relatório e Contas	Relatórios Ambientais	Relatórios de Sustentabilidade	Outros
Conduril – Engenharia SA	Sim	Não	Não	Não
Construções Gabriel A.S. Couto, SA	Sim	Não	Não	Não
Lena – Engenharia e Construções, SA	Sim	Não	Não	Não
MSF – Engenharia, SA	Sim	Não	Não	Não

Fonte: Elaboração Próprio

Após a análise do Quadro 6, podemos verificar que as empresas não elaboram relatórios ambientais e de sustentabilidade, nem mesmo outro tipo de relatórios. Apenas fazem divulgações das informações ambientais em pontos específicos dos seus relatórios e contas.

#### ➤ Implementação da NCRF 26

Seguidamente, será analisada a informação acerca da implementação da NCRF 26, nas empresas do estudo. O objetivo é verificar num modo geral se as empresas fazem a reconhecimento, mensuração e divulgação dos passivos ambientais.

Da análise Quadro 7, podemos concluir que as empresas Construções Gabriel A.S. Couto, SA e a MSF – Engenharia, SA não fazem reconhecimento de passivos ambientais, e, consequentemente, de mensuração e divulgação, como evidenciado no Quadro 8 e 9, mas, a empresa MSF – Engenharia, SA, apenas, faz referência aos aspetos ambientais no seu relatório de gestão.

A empresa Conduril – Engenharia, SA faz reconhecimento dos passivos de carácter ambiental e de dispêndios de carácter ambiental como referido no ponto 16 do seu relatório e contas, enquanto, que, a Lena – Engenharia e Construções, SA, para além de reconhecer como passivos de carácter ambiental, também, reconhece como passivos contingentes quando não consegue efetuar uma estimativa fiável dos gastos. Para além disso, também reconhece as imparidades para os danos ambientais e efetua provisões para restauro de locais contaminados, como verificado no Quadro 7.

A Conduril – Engenharia, SA mensura os seus passivos ambientais pelo método do justo valor e em relação aos dispêndios de carácter ambiental considera como gasto do período, enquanto a Lena – Engenharia e Construções, SA, faz a mensuração dos seus passivos ambientais pela melhor estimativa do gasto à data do balanço, como podemos verificar no Quadro 8.

A Conduril – Engenharia, SA, tem um ponto específico nos seus relatórios e contas em que faz alusões às matérias ambientais, qualidade e segurança. A empresa atua sobre uma política de qualidade, ambiente e segurança com reconhecidos resultados práticos.

A empresa faz referência a vários certificados que detém, tais como, Sistema de Gestão da Qualidade (NP EN ISO 9002:1995 e NP EN ISO 9001:2008), certificados pela APCER, e Certificado de Sistema de Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho (OHSAS 18001:2007, NP 4397:2008), desde Abril de 2007.

Em Janeiro de 2012 obteve a Certificação do Sistema de Gestão Ambiental de acordo com a norma NP EN ISO 14001:2004. O seu laboratório central está acreditado pelo Instituto Português de Acreditação (IPAC), desde dezembro de 2001, e no Anexo define os critérios de mensuração e os métodos utilizados no cálculo do justo valor e define os dispêndios de carácter ambiental, como verificado no Quadro 9.

A empresa Lena – Engenharia e Construções, SA, em termos de divulgação é a mais completa, pois tem um ponto no seu relatório e contas em que faz referência às suas subsidiárias na área do ambiente e energia. Elabora mapa detalhado de provisões tendo em conta os custos de selagem. No Anexo define os critérios utilizados de mensuração e o cálculo do justo valor, informa sobre os cálculos das provisões e define todas as bases utilizadas no cálculo de todos os valores provisionados, como evidenciado no Quadro 9.

Quadro 7: Reconhecimento de Passivos Ambientais

	Conduril- Engenharia, SA	Construções Gabriel A.S Couto, SA	Lena-Engenharia e Construções, SA	MSF-Engenharia, SA
Passivos de Carácter Ambiental	No ponto 16, do relatório e contas a empresa define os seus passivos de carácter ambiental.	Não faz referência a reconhecimento de matérias ambientais.	No seu relatório e contas, refere que valoriza os passivos ambientais.	Não faz referência a reconhecimento de matérias ambientais.
Passivos Contingentes/eventuais de Carácter Ambiental	N/aplica		Utilizam os passivos contingentes quando não conseguem efetuar uma estimativa fiável dos gastos.	
Compensação de Passivos e Reembolsos Esperados	N/aplica		N/aplica	
Dispêndios/Despesas de Carácter Ambiental	No ponto 16, do relatório e contas a empresa define os seus dispêndios de carácter ambiental.		N/aplica	
Imparidade de Ativos/Diminuição do valor dos Ativos	N/aplica		Refere que poderá resultar imparidades dos danos ambientais.	
Provisão para Restauro de Locais Contaminados e Desmantelamento	N/aplica		Os gastos com restauros são reconhecidos como gastos do período ou capitalizados.	

Fonte: Elaboração Própria

Quadro 8: Mensuração de Passivos Ambientais

	Conduril- Engenharia, SA	Construções Gabriel A.S Couto, SA	Lena-Engenharia e Construções, SA	MSF-Engenharia, SA
Passivos de Carácter Ambiental	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Para mensurar os passivos de carácter ambiental, a empresa utiliza o método dos ajustamentos de valor.</li> <li>2. Para mensurar os dispêndios de carácter ambiental, a empresa reconhece os gastos que efetivamente ocorreram no período.</li> </ol>	Não faz referência a mensuração de matérias ambientais.	Faz a sua mensuração, pela melhor estimativa do gasto exigido para liquidar a obrigação à data do balanço.	Não faz referência a mensuração de matérias ambientais.

Fonte: Elaboração Própria



Quadro 9: Divulgação de Passivos Ambientais

	Conduril- Engenharia, SA	Construções Gabriel A.S Couto, SA	Lena-Engenharia e Construções, SA	MSF-Engenharia, SA
No Relatório de Gestão	<p>1. Aplica medidas de proteção ambiental.</p> <p>2. Tem o Sistema Integrado de Gestão, dando importância às renovações das suas certificações, no âmbito da qualidade e segurança em Portugal, na sucursal de Angola e na Méis<sup>5</sup>; do ambiente em Portugal<sup>6</sup>; da acreditação do laboratório central<sup>7</sup>.</p>	Não faz referência a matérias ambientais.	No ponto 1.4.2 do seu relatório e contas, identifica duas áreas distintas de atuação da empresa: energias renováveis e gestão ambiental. A gestão de resíduos é uma prioridade do Grupo Lena, com diversas empresas participadas a atuar em diferentes segmentos. Em 2013, destaca-se a construção de uma unidade de produção de bioenergia e a prestação de serviços de gestão de lamas.	A empresa no seu relatório e contas, no ponto 5.7 descreve a sua preocupação com as matérias ambientais e a sua responsabilidade ambiental. Definindo políticas de atuação e promovendo ações de sensibilização. Também no ponto 5.8 descreve a sua responsabilidade social perante as comunidades locais.
De Provisão de Carácter Ambiental	Não faz referência	Não faz referência	Elabora mapa detalhado de provisões.	Não faz referência
No ABDR/Anexo	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Define os critérios de mensuração adotados e métodos utilizados no cálculo dos ajustamentos de valor;</li> <li>✓ Define os dispêndios de carácter ambiental imputados a resultados.</li> </ul>	Não faz referência	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Define os critérios de mensuração adotados e métodos utilizados no cálculo dos ajustamentos de valor;</li> <li>✓ Dá informação sobre as provisões de carácter ambiental;</li> <li>✓ Define os passivos de carácter ambiental, materialmente relevante, incluídos no balanço;</li> <li>✓ Para cada passivo de carácter ambiental, materialmente relevante, descreve a sua natureza, calendário e condições de liquidação;</li> <li>✓ Define os dispêndios de carácter ambiental imputados a resultados e a base em que tais quantias foram calculadas.</li> </ul>	Não faz referência

Fonte: Elaboração Própria

<sup>5</sup> Certificações emitidas pela APCER (NP ISO 9001 e o HSAS 18001).

<sup>6</sup> Certificações emitidas pela APCER (NP EN ISO 14001).

<sup>7</sup> Certificações emitidas pela IPAC (NP EN ISO/IEC 17025).

➤ **Evidenciação de Passivos Ambientais**

❖ **Conduril – Engenharia, S.A**

A empresa Conduril – Engenharia, SA tem vindo a ter uma preocupação acrescida acerca da temática ambiental. Ao longo do período em análise verificou-se, que a empresa refere nas suas notas explicativas um ponto referente às matérias ambientais, onde explica que para mensurar os dispêndios de carácter ambiental, a empresa reconhece os gastos que efetivamente ocorreram no período. No decorrer da sua atividade é responsabilidade legal/contratual da empresa evitar, reduzir ou reparar danos ambientais.

Todos os dispêndios de carácter ambiental devem ser considerados em resultados se forem gastos incorridos no próprio período, ou seja, se não visarem evitar danos futuros ou proporcionar benefícios futuros.

Assim, os dispêndios de carácter ambiental imputados a resultados dizem respeito a atividades passadas ou correntes e ao restauro das condições ambientais no estado em que se encontravam antes da contaminação.

Para cumprir com esta obrigação, ao longo dos períodos, a empresa contabiliza os seguintes gastos incorridos, como indicado no Quadro 10.

Quadro 10 – Peso dos Gastos Ambientais no Passivo

	2011	2012	2013	2014	2015
Matérias Ambientais	89.683€	23.966€	65.000€	52.000€	36.000€
	0,03%	0,01%	0,03%	0,02%	0,01%

Fonte: Elaboração Própria

Em termos de valor, verificámos que existem oscilações ao longo dos cinco anos, mas a tendência é para diminuir ao longo dos anos. Em 2011, foram efetuados gastos de carácter ambiental no valor de 89.683€ mas, no ano seguinte verificou-se uma diminuição no valor dos gastos de carácter ambiental para 23.966€. Voltámos, em 2013, a aumentar os gastos de carácter ambiental para 65.000€ apesar de se verificar um aumento, ainda não chega ao valor praticado em 2011, como referido no Quadro 10. Mas, a partir de 2014 os gastos de carácter ambiental em vindo a diminuir, como se pode constatar no Quadro 10.

Em termos percentuais, é importante verificar a variação dos gastos incorridos de carácter ambiental em relação ao total do passivo. Os gastos de carácter ambiental têm um peso de cerca de 0,03% no total do passivo, em 2011 e 2013. O ano de 2012 foi o ano em

que o peso destes gastos diminuiram em cerca de 0,01% em relação ao total do passivo, como referido no Quadro 10.

De um modo geral, podemos concluir que ao longo dos anos, a empresa tem tido grandes oscilações nos valores imputados com os gastos ambientais, pois estes estão diretamente relacionados com as obras executadas pela empresa. Ao considerar nas suas contas os gastos ambientais mostra que a empresa tem uma preocupação com as matérias ambientais.

❖ ***Construções Gabriel A.S. Couto, S.A***

As Construções Gabriel, A.S. Couto, SA nos relatórios e contas faz apenas uma referência, de que possui uma política de qualidade, segurança e ambiente e que são devidamente certificadas pela APCER.

❖ ***Lena – Engenharia e construções, S.A***

A Lena – Engenharia e Construções, SA nos seus relatórios e contas não tem nenhum ponto específico que ilustre as políticas de qualidade, segurança e ambientais adotadas. Apesar de ter empresas ligadas ao ambiente e energia, não existe uma preocupação em fazer um relatório ambiental ou de sustentabilidade, mas de salientar que nos seus relatórios e contas existe um ponto em que é dada relevância, aos seus recursos humanos.

Na Lena – Engenharia e construções, S.A, os passivos ambientais são valorizados pela melhor estimativa do gasto exigido para liquidar a obrigação presente à data do Balanço.

Estas estimativas são revistas em cada período de relato, podendo originar uma variação no valor dos passivos, cuja contrapartida serão os resultados do período. Caso não seja possível efetuar uma estimativa fiável dos gastos, não se reconhece o passivo, e consideramos a existência de um passivo contingente.

Os gastos com o restauro de locais, remoção dos desperdícios acumulados, paragem ou remoção de ativos em que a entidade é obrigada a incorrer são reconhecidos:

- como gastos do período em que são suportados; ou
- capitalizados, caso tenham sido suportados para evitar ou reduzir danos futuros ou para preservar recursos e proporcionem benefícios económicos no futuro e satisfaçam as condições de reconhecimento como ativo.

Caso o valor temporal do dinheiro seja materialmente relevante, os passivos ambientais que não sejam liquidados num futuro próximo são valorizados pelo seu valor presente.

Alguns danos ambientais poderão implicar a imparidade de ativos. Nesses casos, as perdas por imparidade são registadas em resultados do período.

A empresa, através das suas subsidiárias LENA Ambiente, SA e RESILEI, SA, efetua provisões com base nos valores dos orçamentos de selagem dos Aterros, tendo em conta os custos da selagem e a monitorização da fase pós-encerramento, durante 30 anos, de acordo com o estabelecimento no Decreto-Lei nº 152/2002 de 23 de Maio.

Desta forma, tendo por base o custo de selagem por tonelada definido no orçamento, são efetuadas provisões de acordo com as toneladas depositadas.

Por imposição do Decreto-Lei nº 152/2002, de 23 de Maio o qual procedeu à transposição para a ordem jurídica nacional, da Diretiva nº 1999/31/CE, do Conselho, de 26 de Abril, relativa à deposição de resíduos em aterros (diretiva Aterros) e respetivas licenças que regem a atividade (licenças ambientais e licenças de exploração), foi necessário calcular à data do início da atividade de cada uma das infraestruturas, os gastos futuros que a LENA Ambiente, SA, incorreria com a operação de selagem dos aterros e custos pós-encerramento das instalações.

Para o efeito, em 2003, foi elaborado um estudo técnico para o aterro de resíduos não perigosos de Castelo Branco e no final de 2004, para o aterro de resíduos não perigosos de Beja. Nesses estudos foram apurados todos os custos acima referidos, iniciando-se com base nestes, as respetivas provisões.

No entanto, importante considerar, que o setor nacional dos resíduos e serviços congéneres (ex: laboratórios, fornecimento de teclas PEAD, aluguer de equipamento para aterro) evoluíram significativamente, estando hoje melhor estruturados e tecnologicamente mais desenvolvidos.

Assim, a LENA Ambiente, SA teve necessidade de efetuar a revisão aos projetos inicialmente delineados, o que implicou a renovação das respetivas licenças perante a CCDR (alterações significativas que levaram ao aumento da capacidade útil dos aterros).

Com base nestas alterações de pressupostos, alterou-se a selagem e período pós-encerramento dos aterros de Castelo Branco e de Beja, passando o valor unitário por tonelada de 13,00€ e 12,00€ respetivamente, para 2,25€

Esta alteração levou-nos efetuar uma renovação das provisões para selagem e período pós-encerramento dos aterros de Castelo Branco e de Beja, no valor de 4.818.935,81€ em 2011.

De salientar, que durante o exercício foram realizados alguns trabalhos de preparação de selagem dos aterros de Castelo Branco e de Beja, já provisionados em anos anteriores, motivo pelo qual se efetuou uma reversão da provisão por utilização da mesma. Esta utilização ascendeu a 382.345,02€ em 2011, como podemos constatar no Quadro 11.

No ano de 2012, as provisões para matérias ambientais foram sujeitas a um reforço, devido ao aumento das toneladas depositas nos respetivos aterros, o que passou para uma provisão no valor de 7.764.650,64€ como verificado no Quadro 11.

Contrariando o ano anterior, o ano de 2013 teve uma redução muito significativa no valor das provisões constituídas. Apesar de se ter efetuado um reforço no valor de 301.01,13€ às provisões iniciais, foi necessário proceder-se a uma diminuição no valor das provisões tendo em conta os custos de selagem, como consta no Quadro 11. Em 2014, a empresa volta a efetuar reforço no valor das provisões de 349.550,91€ novamente a empresa aumentou as toneladas depositadas nos aterros, como se pode verificar no Quadro 11. Em 2015, não existe elementos disponíveis para efetuar o estudo.

Quadro 11 - Mapa de Provisões para Matérias Ambientais

(Unidade: Euros)

Provisões	Ano	Saldo Inicial	Reforços	Redução	Utilizações	Saldo Final
Matérias Ambientais	2011	12.380.767,50	269.811,30	-4.818.935,81	- 382.345,02	7.449.297,97
	2012	7.449.297,97	315.352,67	-	-	7.764.650,64
	2013	7.764.650,64	301.201,13	-1.430.191,20	-	6.635.660,57
	2014	6.635.660,57	349.550,91	-	-	6.985.211,48
	2015	-	-	-	-	-

Fonte: Elaboração Própria

Em termos percentuais, verificar-se que não existe uma variação nas provisões ambientais constituídas em relação ao total do passivo. As provisões ambientais têm um peso de cerca de 0,69% no total do passivo, em 2011 e 2012. O ano de 2013 foi o ano em que a variação destas provisões diminuíram em 0,10% em comparação com os anos anteriores, significa que existiu uma redução no peso das provisões ambientais em relação ao passivo total de 0,59%, como referido no Quadro 12. Em 2014, volta a aumentar o seu peso em cerca de 0,05% em relação ao ano anterior, significa que existiu um aumento no peso das provisões ambientais em relação ao passivo total em 0,64%, como podemos constatar no Quadro 12.

De um modo geral, o peso das provisões ambientais em relação ao passivo tem-se mantido estável nos primeiros anos, passando a diminuir no ano de 2013, que poderá ter ocorrido devido a duas situações: diminuição do valor unitário dos custos de selagem por tonelada ou redução das toneladas depositadas nos aterros. Em 2014, contraria o ano anterior com um ligeiro aumento, devido ao aumento das toneladas depositadas.

Quadro 12 – Peso Relativo das Provisões Ambientais no Passivo

	2011	2012	2013	2014	2015
Matérias Ambientais	0,69%	0,69%	0,59%	0,64%	-

Fonte: Elaboração Própria

#### ❖ *MSF – Engenharia, S.A*

Detetou-se nos seus relatórios e contas da MSF – Engenharia, S.A que existe uma preocupação com as políticas de qualidade, segurança e ambientais.

As mudanças na realidade do mercado da construção e a internacionalização cada vez mais relevante da MSF – Engenharia, SA, aliados à multiplicidade de obras e ao enquadramento das mesmas têm trazido novos desafios à empresa e aos seus colaboradores, nomeadamente, nos âmbitos da qualidade, segurança e ambiente.

A MSF – Engenharia, SA, através do seu sistema QSA desenvolve um reforço permanente de preservação das condições ambientais e implementou diversas medidas de mensuração e controlo com vista à promoção, junto dos seus colaboradores, fornecedores, subcontratadas e outros parceiros de negócio, dos valores e princípios da responsabilidade ambiental.

Tendo sido assumido o alargamento da implementação do sistema QSA (Qualidade, Segurança e Ambiente) às obras internacionais. Depois de vários anos tendo com referencial as normas ISO 9001, OSHAS 18001 e ISO 14001, a MSF – Engenharia, SA, apostou em 2011 em incrementar o seu sistema, passando a incluir nas suas políticas os requisitos da norma ISO/IEC 17025, no âmbito das competências para os laboratórios de ensaios.

A empresa adota campanhas de sensibilização e formação no âmbito da redução do consumo e utilização racional da energia, que abrangeram quer as instalações fixas, quer os estaleiros de obra. De acordo com as políticas definidas foram efetuadas ações de sensibilização e promoção da diminuição do consumo de água e minimização dos impactos resultantes do seu uso. Deu-se continuidade a ações que promovem a redução da poluição sonora e continuaram a ser implementados procedimentos gerais de minimização de impactos no âmbito das poeiras, das emissões de CO<sub>2</sub>, de COv e de HCFC.

É de referir ainda, como exemplo de iniciativas levadas a cabo pela empresa e pelos seus colaboradores, os seguintes projetos, de cariz social mas que, simultaneamente, contribuem para a redução dos impactos no ambiente, prolongando a vida útil de bens com utilidade social ou encaminhando os mesmos para correta reciclagem: a entrega ao banco alimentar dos resíduos de papel produzidos nas instalações do estaleiro central, nomeadamente, por destruição de pastas de arquivo morto; a participação no 5º peditório nacional de recolha de pilhas e baterias a favor do IPO; e a recolha de material elétrico e eletrónico efetuado ao banco de equipamentos da entreaajuda.

## Conclusão

São muitos os desafios colocados às empresas com o objetivo destas terem sucesso e projeções no mercado em diversas áreas, sendo uma delas o meio ambiente.

Assim, o principal desafio quando se fala de meio ambiente nas empresas é de conjugar o crescimento da empresa com a prevenção ambiental. A contabilidade ambiental representa o compromisso ambiental assumido pelas empresas, ao oferecer um conjunto de mecanismos e técnicas para o tratamento das relações da empresa como meio ambiente, a contabilidade ambiental tornou-se parte integrante no processo de tomada de decisão e um importante instrumento de gestão.

Assim, pela relevância que as questões ambientais representam, estas deveriam surgir nas demonstrações financeiras. Constata-se, que uma das razões que influenciam as empresas a utilizarem a contabilidade ambiental deve-se ao facto de que, ao conseguirem racionalizar os gastos ambientais, têm uma maior probabilidade de se tornarem mais eficientes e, por conseguinte, mais competitivas.

A opinião pública e a pressão exercida pelos *stakeholders* sobre a forma, como a variável “ambiente” é tratada pelas empresas, também podem ser fatores que influenciam a decisão de adotarem este sistema contabilístico.

No entretanto, conclui-se que existem alguns determinantes que dificultam a utilização da contabilidade ambiental, sendo eles, a dificuldade em identificar os gastos e passivos de carácter ambiental e, por conseguinte, o seu reconhecimento e mensuração, o que pode proporcionar soluções pouco fiáveis quanto às opções de contabilização.

A contabilidade ambiental tem sofrido um crescimento exponencial ao longo dos tempos, e conseqüentemente tem-se verificado diversas alterações nos normativos. As mudanças que ocorreram em termos de normativos em Portugal, podemos dividi-los em duas fases distintas: a 1ª fase compreende o período de 1977 a 2009 (inclusive) onde se aplicava o POC, respeitando a aplicação da Diretriz Contabilística (DC Nº 29) e Interpretação Técnica (IT Nº 4) e a 2ª fase, a partir 01 de Janeiro de 2010, com a entrada em vigor do SNC, passando a ser obrigatório adotar a NCRF 26 - Matérias Ambientais.

Esta norma tem como principal objetivo prescrever os critérios para o reconhecimento, mensuração e divulgação relativo a dispêndios de carácter ambiental, aos passivos e riscos ambientais e os ativos com eles relacionados resultantes de transações e acontecimentos que



afetem, ou sejam suscetíveis de afetar, a posição financeira e os resultados da entidade relatada.

Com base no estudo realizado concluímos que as empresas não elaboram relatórios adicionais, nomeadamente, relatórios ambientais ou de sustentabilidade, mas utilizam o relatório de gestão para divulgar toda a informação a nível ambiental e social.

Acerca da implementação da NCRF 26 podemos concluir do estudo, que as empresas Construções Gabriel A.S Couto, SA e a MSF – Engenharia, SA não adotaram a norma NCRF 26, contrariamente, à Conduril – Engenharia, SA e à Lena – Engenharia e Construções, SA.

Conclui-se que as empresas, Conduril e Lena, fazem referência nas suas notas explicativas a dispêndios de carácter ambiental e a passivos ambientais, onde explicam as bases de mensuração adotadas, bem como os métodos utilizados para imputação de gastos incorridos e criação de provisões para as matérias ambientais ao longo dos anos.

Nos seus relatórios e contas a empresa Conduril-Engenharia, SA, quantifica os gastos incorridos ao longo dos períodos para tratamento de resíduos, enquanto a Lena – Engenharia e Construções, SA, através da sua subsidiária Lena Ambiente, SA e Resilei, SA (Aterros de Castelo Branco e Beja) efetuam provisões para as matérias ambientais com base nos valores orçamentados de selagem dos aterros, tendo em conta os custos de selagem e monitorização da fase pós-encerramento, durante 30 anos, de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei nº 152/2002 de Maio.

O peso dos gastos ambientais em relação ao passivo na Conduril-Engenharia, SA tem um impacto pouco significativo na estrutura do passivo, em cerca de 0,03%, e na Lena – Engenharia e Construções, SA, as provisões têm um impacto mais significado na estrutura do passivo, em cerca de 0,64%, apesar da fraca expressão.

Assim, podemos afirmar que cada vez mais as empresas tendem a dar importância as matérias ambientais nos seus relatórios e contas mas, ainda são poucas as empresas que evidenciam nas suas demonstrações financeiras as matérias ambientais.

### **Limitações e Perspetiva Futura**

Em Portugal, apesar de recente a publicação de normativos que fazem referência a matérias ambientais, a sua aplicação era de forma voluntária, até 2006, desde então tornada obrigatória. A partir de 2010 as empresas foram obrigadas a seguirem a NCRF 26, mas nem sempre implementada da melhor forma.

Como a NCRF 26, apenas se aplica a empresas não cotadas, tornou-se difícil selecionar as empresas para o estudo, porque muitas das empresas não publicam os relatórios e contas nos seus sítios da internet e muitas delas nem sequer possuem sítios, tornando a tarefa mais difícil. As empresas não têm nos seus relatórios e contas as notas explicativas, o que torna difícil saber se incluem nas suas contas, matérias ambientais relevantes.

O número de estudos realizados em termos nacionais sobre os passivos ambientais são muito diminutos, que de uma certa forma limita eventuais comparações.

Tendo em linha de conta o trabalho realizado seria interessante estudar a evolução da aplicação da NCRF 26 nas empresas portuguesas.

Como é um estudo de caso não se pode extrapolar para uma amostra com dimensão superior ou até mesmo para o universo.

## BIBLIOGRAFIA

- Afonso, Fernando Paes; et al. (1998) O setor da construção - diagnóstico e eixos de intervenção. Lisboa: IAPMEI (Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento), Observatório das PME.
- Baba, M.C., (2012), Advantages of implementing environmental Accounting within an economic entity. *Anale. Seria Stiinke Economice*, XVIII/Supplement, 19-24.
- Baganha, M; Marques, J. (2001), Imigração e Política o caso português. Disponível em: 03-05-2015, em: <http://www.flad.pt/wp-content/uploads/2014/05/livro32.pdf>
- Baganha, M.; Marques, J.; Góis, P. (2002), O setor da construção civil e obras públicas em Portugal: 1999-2000. Disponível em: 03-05-2015, em: [www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/173/173.pdf](http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/173/173.pdf).
- Banco de Portugal. (2014). Análise do setor da construção. Disponível em: 23-05-2015, em: [www.bportugal.pt](http://www.bportugal.pt).
- Bergamini, Jr., S. (1999), Contabilidade e Riscos Ambientais. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, nº 11.
- Bergamini, Jr., S. (2000), Contabilidade Ambiental, *Revista Pensar Contábil*, v. 8, pp. 1-13.
- Código das Sociedades Comerciais. Disponível em: 03-05-2015, em: [http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?artigo\\_id=524A0066&nid=524&tabela=leis&pagina=1&ficha=1&so\\_miolo=&nversao=#artigo](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?artigo_id=524A0066&nid=524&tabela=leis&pagina=1&ficha=1&so_miolo=&nversao=#artigo).
- Comissão das Comunidades Europeias. (2001). Recomendação da Comissão (2001/453/CE), de 30 maio de 2001, respeitante ao reconhecimento, à valorimetria e à prestação de informação sobre questões ambientais nas contas anuais e no relatório de gestão das sociedades, *Jornal Oficial da União Europeia* L156, pp. 33-42. Disponível em: 04-04-2015, em: [http://www.cnc.min-financas.pt/pdf/Directivas UE/Recomendacao\\_2001\\_453\\_CE\\_pt\\_matAmb.pdf](http://www.cnc.min-financas.pt/pdf/Directivas UE/Recomendacao_2001_453_CE_pt_matAmb.pdf).
- Comissão de Normalização Contabilística (1977). Plano Oficial de Contas – POC. Disponível em: 04-04-2015, em: [www.cnc.min-financas.pt/\\_siteantigo/poc/pocontabilidade.pdf](http://www.cnc.min-financas.pt/_siteantigo/poc/pocontabilidade.pdf).
- Comissão de Normalização Contabilística (CNC, 2005): Diretriz Contabilística nº 29 – Matérias Ambientais. Disponível em: 04-04-2015, em: [http://www.cnc.min-financas.pt/\\_siteantigo/Directrizes/Dir29\\_ma\\_materias\\_ambientais.pdf](http://www.cnc.min-financas.pt/_siteantigo/Directrizes/Dir29_ma_materias_ambientais.pdf)
- Comissão de Normalização Contabilística (CNC, 2006): Interpretação Técnica nº 4 – Direitos de Emissão de Gases com Efeito Estufa – Contabilização das Licenças de Emissão. Disponível em: 04-04-2015, em: [http://www.cnc.min-financas.pt/\\_siteantigo/Directrizes/IT04\\_Emissoes\\_CO2.pdf](http://www.cnc.min-financas.pt/_siteantigo/Directrizes/IT04_Emissoes_CO2.pdf)
- Comissão de Normalização Contabilística (CNC, 2009): Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho – Referente à aprovação do SNC. Disponível em: 19-10-2014, em:

[https://info.portaldasfinancas.gov.pt/NR/rdonlyres/5C3B66D5-5E7B-441E-BD5E-F43D0405853C/0/DL\\_158\\_2009.pdf](https://info.portaldasfinancas.gov.pt/NR/rdonlyres/5C3B66D5-5E7B-441E-BD5E-F43D0405853C/0/DL_158_2009.pdf)

- Comissão de Normalização Contabilística (CNC, 2009): Decreto-Lei nº 160/2009, de 13 de Julho – Referente a ajustamentos da CNC. Disponível em: 19-10-2014, em: [http://www.cnc.min-financas.pt/pdf/DL\\_160\\_2009\\_13Jul\\_CNC.pdf](http://www.cnc.min-financas.pt/pdf/DL_160_2009_13Jul_CNC.pdf)
- Comissão de Normalização Contabilística (CNC, 2009): Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro 26 – Matérias Ambientais. Disponível em: 02-01-2015, em: <http://www.cnc.min-financas.pt/pdf/snc/normas/NCRF%2026.pdf>
- Conduril – Engenharia, SA, Relatório e Contas de 2011, 2012, 2013 e 2014. Disponível em: 17-09-2015, em: [www.conduril.pt](http://www.conduril.pt).
- Conduril – Engenharia, SA, Relatório e Contas de 2015. Disponível em: 16-06-2016, em: [www.conduril.pt](http://www.conduril.pt).
- Construções Gabriel A. S. Couto, SA, Relatório e Contas de 2011, 2012 e 2013. Disponível em: 17-09-2015, em: <http://www.gabrielcouto.pt/>.
- Construções Gabriel A. S. Couto, SA, Relatório e Contas de 2014. Disponível em: 17-09-2015, em: <http://www.gabrielcouto.pt/>.
- Costa, Carlos Andrade. (2012), Contabilidade Ambiental Mensuração, Evidenciação e Transparência, 1ª edição, São Paulo, Atlas.
- Crepaldi, Paola Guariso; Lima, Diones Emilio. (2013), Contabilidade Ambiental: Estudo do Balanço Social de Empresas de Capital Aberto, Instituto Ensino Superior de Londrina – INESUL. Disponível em: 15-05-2015, em: [https://www.inesul.edu.br/revista/.../arq-idvol\\_29\\_1396386741.pdf](https://www.inesul.edu.br/revista/.../arq-idvol_29_1396386741.pdf)
- Deegan, C. (2002). Introduction: the legitimising effect of social and environmental disclosures – a theoretical Foundation, *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 15(3), 282-311.
- Decreto-Lei nº 152/2002, de Maio. A deposição de resíduos em aterros constitui uma particular operação de gestão de resíduos em Portugal. Disponível em: 10-01-2016, em: <http://www.ces.uc.pt/aigaion/attachments/IDL1522002.pdf-83204df4d2fddcefad23a42d666f6e34.pdf>.
- Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro. Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva nº 2003/51/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de Julho, relativo às contas anuais e às contas consolidadas de certas formas de sociedades, bancos e outras instituições financeiras e empresas de seguros. Disponível em: 19-10-2014, em: <https://www.bportugal.pt/pt-PT/Legislacaoenormas/.../DL35ano2005c.as...>
- Deloitte/Aneop. (2009). O Poder da Construção em Portugal – Impactos 2009/10. Deloitte/Aneop, Lisboa.

- Diretiva nº 1999/31/CE, de 26 de Abril. Deposição de Resíduos. Jornal Oficial das Comunidades Europeias.
- Diário Económico (2014), Especial 1000 Maiores Empresas. Disponível em: 15-02-2015, em [www.diarioeconomico.pt](http://www.diarioeconomico.pt)
- Eugénio, T. (2004), Contabilidade e Gestão Ambiental, área Editora.
- Eugénio, T. (2006), Diretriz Contabilística nº 29 – Que implicações na apresentação de informação no relatório e contas? Revista TOC, nº 74, Maio, pp. 45-50. Disponível em: 19-10-2014, em: [http://www.toc.pt/fotos/downloads/files/1148294767\\_45a50.pdf](http://www.toc.pt/fotos/downloads/files/1148294767_45a50.pdf)
- Eugénio, T. (2007), Estudo de Caso: implementação de contabilidade ambiental, Revista del Instituto International de Costos, ISSN 1646 – 6896, nº 1, Jan/Jun. pp. 32-59. Disponível em: 19-10-2014, em: [http://www.revistaiaic.org/articulos/num1/articulo2\\_esp.pdf](http://www.revistaiaic.org/articulos/num1/articulo2_esp.pdf)
- Eugénio, T. (2009), A Auditoria Financeira e as Matérias Ambientais, Revista ROC, Jan/Mar, pp. 18-31, consultado em Janeiro de 2015. Pelas empresas e a teoria da legitimidade, Revista Universo Contábil, FURB, v.6 nº 1 pp. 102-118, Jan/Mar.
- Eugénio, T. (2010), Avanços na divulgação de informação social e ambiental
- Eugénio, T. (2011), Contabilidade Ambiental, Caixias: Verlag Dashofer.
- Freitas, A., Major, M. e Curto, J. (2007). Análise das divulgações ambientais nos relatórios anuais das maiores empresas portuguesas. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- Freixo, Manuel João. (2010). Metodologia científica, Fundamentos de métodos e técnicas. (2ª Edição). Lisboa: Instituto Piaget.
- Gaspar, M.J. (2003), Contabilidade Ambiental na Empresa – O caso do setor elétrico, Lisboa: Dissertação apresentada na Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa, Portugal.
- Gomes, D. R. L. (2010). Contabilidade Ambiental – Aplicação dos princípios normativos a uma obra do Grupo Soares da Costa, SGPS, SA. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.
- Gray, R.; Bebbington, J. (2001), Accounting of the environmental, Sage Publications, Second edition.
- Gray, R. (2002), “The Social Accounting Project and Accounting, Organizations and Society: privileging engagement, imaginings, new accountings and pragmatism over critique?”, Accounting, Organizations and Society, Vol. 27, nº 7, pp. 687-708.
- Institute of Management Accountants, (1996), Tools and Techniques of environmental Accounting for business decisions. Disponível em: 05-02-2015, em: <http://www.imanet.org/PDFs/Public/Research/SMA/Tools%20and%20Techniques%20of%20Environmental.pdf>.

- International Accounting Standarts Board. (2004). IFRIC 3 – Emission Rights. Disponível em: 30-12-2014, em: [www.aeca1.org/xvencuentroaeca/cd/94a.pdf](http://www.aeca1.org/xvencuentroaeca/cd/94a.pdf)
- International Accounting Standarts Board. (2008). IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras. Disponível em: 30-12-2014, em Ordem Contabilistas Certificados (OCC).
- International Accounting Standarts Board. (2008). IAS 11 - Contratos de Construção. Disponível em: 30-12-2014, em Ordem Contabilistas Certificados (OCC).
- International Accounting Standarts Board. (2008). IAS 16 – Ativos Fixos Tangíveis. Disponível em: 30-12-2014, em Ordem Contabilistas Certificados (OCC).
- International Accounting Standarts Board. (2008). IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar. Disponível em: 30-12-2014, em Ordem Contabilistas Certificados (OCC).
- International Accounting Standarts Board. (2008). IAS 36 – Imparidade de Ativos. Disponível em: 30-12-2014, em Ordem Contabilistas Certificados (OCC).
- International Accounting Standarts Board. (2008). IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Disponível em: 30-12-2014, em Ordem Contabilistas Certificados (OCC).
- International Accounting Standarts Board. (2008). IAS 38 – Ativos Intangíveis. Disponível em: 30-12-2014, em Ordem Contabilistas Certificados (OCC).
- Instituto da Construção e do Imobiliário, I.P. (2009, 2010, 2011, 2012 e 2013). Relatório Anual do Setor da Construção em Portugal. Disponível em: 26-07-2015, em: [www.inci.pt](http://www.inci.pt).
- Instituto dos Mercados Públicos do Imobiliário e da Construção (IMPIC). Relatório Semestral do Setor da Construção em Portugal 1º Semestre 2015. Disponível em 03-06-2016.
- Instituto Nacional de Estatística, consultado em: [www.ine.pt](http://www.ine.pt).
- Kraemer, M. E. P.(2001). Contabilidade ambiental como sistema de informações. *Contabilidade Vista & Revista*, 12(3), 71-92.
- Kraemer, M. (2006). Contabilidade ambiental – Relatório para um futuro sustentável, responsável e transparente. Disponível em: 25-08-2015, em: <http://br.monografias.com/trabalhos/contabilidade-ambiental/contabilidade-ambiental.shtml>.
- Kraemer, M.E.P. (2012). Contabilidade ambiental: Relatório para um futuro sustentável, responsável e transparente. *Revista Eletrônica Manauara de Administração e Ciências Contábeis*, 1 (2), 70-92.
- Lena – Engenharia e Construções, SA, Relatórios e Contas 2011, 2012 e 2013. Disponível em: 17-09-2015, em: [www.grupolena.pt/](http://www.grupolena.pt/).
- Lena – Engenharia e Construções, SA, Relatórios e Contas 2014. Disponível em: 16-06-2016, em: [www.grupolena.pt/](http://www.grupolena.pt/).

- Leonardo, Vera Sirlene. (2001), A Contabilidade e o Meio Ambiente: Uma visão das indústrias Químicas Certificadas pelo ISO 14000. Dissertação de Mestrado Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Lima, K.S., Cunha, D.R., Moreira, F.L. & Porte, M.S. (2012). Contabilidade ambiental: um estudo sobre a evidenciação das informações ambientais nas demonstrações contábeis das grandes empresas brasileiras. *Revista Eletrônica de Administração*, 11 (1), 1-14.
- Mathews, M. (1997), “Twenty-five years of Social and Environmental Accounting Research: is there a silver jubilee to celebrate?”, *Accountability Auditing & Accountability Journal*, Vol. 10, pp. 481-531.
- Mathews, M. (2000), The development of Social and environmental accounting research 1995-2000. Disponível em: 21-02-2015, em: [www.massey.ac.nz/massey/fms/Colleges/.../205.pdf](http://www.massey.ac.nz/massey/fms/Colleges/.../205.pdf)
- Mackenzie, D. (2009). Making things the same: Gases, Emission Rights and the politics of carbon markets. *Accounting, Organizations and Society*, 34, pp. 440-455.
- MSF - Engenharia, SA, Relatório e Contas de 2011, 2012 e 2013. Disponível em: 17-09-2015, em: [www.msf.pt/msf\\_PT/empresa.aspx](http://www.msf.pt/msf_PT/empresa.aspx).
- Organização das Nações Unidas (2001), Contabilidade da Gestão Ambiental – procedimentos e princípios, Departamento de Assuntos Económicos e sociais. Disponível em: 28-04-2015, em: [www.un.org/csa/sustdev/publications/emaportugues](http://www.un.org/csa/sustdev/publications/emaportugues).
- Paiva, Paulo Roberto de. (2003), Contabilidade Ambiental: Evidenciação de Gastos Ambientais com Transparência e focada na Prevenção. São Paulo. Atlas.
- Parker, L. (2005), “Social and Environmental Accountability Research: a view from the Commentary Box”, *Accountability Journal*, Vol. 18, nº 6, pp. 842-861.
- Parker, L. (2011), “Twenty-one years of Social and Environmental Accountability Research: A Coming of Age”, *Accounting Forum*, Vol. 35, pp. 1-10.
- Pinto, M. O., & Sant’anna, P. R. (2006). A Ciência Contábil inserida no contexto ambiental. *Pensar Contábil*, 8 (31), 1-6.
- Prodanov, Cleber C. e Freitas Ernani C. (2013). Metodologias do trabalho científico. Métodos e técnicas da pesquisa e de trabalhos académicos. Novo Hamburgo – Rio Grande do Sul: Universidade Feevale.
- Reis, I.M.M., (2006), A contabilidade e gestão ambiental: Um passo para a sustentabilidade empresarial, Monografia de final de curso, Universidade Fernando Pessoa.
- Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, relativo à aplicação das normas internacionais de contabilidade. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, L243/1. Disponível em: 19-10-2014, em: [http://www.cnc.min-financas.pt/pdf/IAS\\_IFRS\\_UE/Reg\\_1606\\_02\\_IAS\\_pt.pdf](http://www.cnc.min-financas.pt/pdf/IAS_IFRS_UE/Reg_1606_02_IAS_pt.pdf).

- Rodrigues, J. (2010). Sistema de Normalização Contabilística Explicado. Porto. Porto Editora.
- Santos, Adalto de Oliveira; Silva, Fernando Benedito; Souza, Synval; SOUSA, Marcos Francisco Rodrigues. (2001), Contabilidade Ambiental: Um Estudo sobre sua Aplicabilidade em Empresas Brasileiras, Revista Contabilidade & Finanças, São Paulo.
- Souza, F.C. (2010). A contabilidade ambiental no contexto sócio econômico da atualidade. Monografia de final de curso, Universidade do Extremo Sul Catarinense.
- Spinola e Silva (2005). Estudo de caso: Aplicabilidade e Limitações do método para fins de Pesquisa.
- Tinoco, J.E. Prudêncio. (2001), Balanço Social – Uma abordagem da transparência e da responsabilidade Pública das organizações. Editora Atlas, São Paulo.
- Tinoco, J. E. Prudêncio; Kraemer, Maria Elisabeth Pereira. (2004), Contabilidade e Gestão Ambiental, São Paulo, Editora Atlas.
- Tinoco, J. E. P.; Robles, L. T. (2006). A contabilidade da gestão ambiental e sua dimensão para a transparência empresarial: estudo de caso de quatro empresas brasileiras com atuação global. Revista de Administração Pública. Vol. 40, n. 6, pp. 1077-1096.
- Yin, Robert K. (2010). Estudo de Caso, Planejamento e Métodos. (4ª Edição). Porto Alegre: Bookman Editor.
- Zambelli, A.P., (2012), Contabilidade e questões ambientais, Monografia de final de curso, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Zanluca, Julio César. (2011). O que é Contabilidade Ambiental? Disponível em: 06-02- 2015, em: [www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/contabilidadeambiental.htm](http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/contabilidadeambiental.htm)



## ANEXOS

Anexo I: Objetivos dos Normativos -----	71
Anexo II: Âmbito dos Normativos -----	71
Anexo III: Comparação entre os Normativos em termos de Reconhecimento -----	72
Anexo IV: Comparação entre os Normativos em termos de Mensuração -----	73
Anexo V: Comparação entre os Normativos em termos de Divulgação -----	74
Anexo VI: Apêndice de DC 29 -----	75
Anexo VII: Comparação entre os Normativos em termos de Reconhecimento -----	75
Anexo VIII: Comparação entre os Normativos em termos de Mensuração inicial -----	75
Anexo IX: Comparação entre os Normativos em termos de Mensuração Subsequente -----	75
Anexo X: Comparação entre os Normativos em termos de Divulgação -----	76
Anexo XI: Objetivos dos Normativos -----	76
Anexo XII: Âmbito dos Normativos -----	76
Anexo XIII: Comparação entre Normativos em termos de Reconhecimento -----	77
Anexo XIV: Comparação entre Normativos em termos de Mensuração -----	78
Anexo XV: Comparação entre Normativos em termos de Divulgação -----	79
Anexo XVI: Resumo das linhas gerais da norma NCRF 26 -----	80

### Anexo I – Objetivos dos Normativos

DC 29	NCRF 26	Recomendação de 30 de Maio de 2001
<p>Estabelecer critérios de reconhecimento, mensuração e divulgação relativos aos dispêndios de carácter ambiental; os passivos e riscos ambientais e aos ativos com eles relacionados resultantes de transações e acontecimentos que afetem ou possam afetar a posição financeira e os resultados da entidade.</p>		

**Fonte:** Elaboração própria, a partir DC 29, NCRF 26 e Recomendação de 30 Maio de 2001

### Anexo II – Âmbito dos Normativos

DC 29	NCRF 26	Recomendação de 30 de Maio de 2001
<p>DF individuais e consolidadas anuais e relatório de gestão no que diz respeito a matérias ambientais. Não se aplica a Relatórios Ambientais, exceto quando seja necessário assegurar coerência com as DF e relatórios de gestão.</p>		<p>É aplicável a todas as sociedades abrangidas pela 4ª e 7ª diretivas. Aplica-se também aos bancos, outras instituições financeiras e empresas de seguros, em virtude de as implicações financeiras das questões ambientais não serem diferentes para este tipo de sociedades.</p>

**Fonte:** Elaboração própria, a partir DC 29, NCRF 26 e Recomendação de 30 Maio de 2001

**Anexo III – Comparação entre os Normativos em termos de Reconhecimento**

	DC 29	NCRF 26	Recomendação de 30 de Maio de 2001
Passivos de Carácter Ambiental	Reconhecido quando seja provável que uma saída de recursos incorporando benefícios económicos resulte da liquidação de uma obrigação (legal ou contratual, construtiva/implícita) presente de carácter ambiental, que tenha surgido em consequência de acontecimentos passados e se a quantia possa ser mencionada com fiabilidade.		
	Caso exista, à data de balanço uma obrigação cuja natureza esteja claramente definida e seja suscetível de originar uma saída de recursos incorporando benefícios económicos e mensurar o seu valor de forma fiável, mas de quantia ou data incerta, deve reconhecer-se provisão.		
	Quando não seja possível fazer uma estimativa fiável dos gastos, deve-se divulgar um passivo contingente.		
Passivos Contingentes/eventuais de Carácter Ambiental	Reconhecidos quando existe a possibilidade de que um dano ambiental deva ser reparado no futuro, mas essa obrigação seja ainda dependente da ocorrência de um acontecimento incerto, então deve-se divulgar no Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados (ABDR), bem como as razões pelas quais não possa ser feita uma estimativa fiável.		
	Quando a possibilidade de a entidade ter de incorrer num dispêndio de carácter ambiental por remota ou se tal dispêndio não for materialmente relevante, então não se deve reconhecer e nem divulgar nada.		
Compensação de Passivos e Reembolsos Esperados	Reconhecida se a entidade prever que os dispêndios relacionados com um passivo de carácter ambiental sejam reembolsáveis por uma outra parte, esse reembolso apenas será reconhecido quando seja virtualmente certo que será recebido caso a entidade liquide tal obrigação.		
	Um reembolso esperado de um terceiro não deverá ser compensado com um passivo de carácter ambiental, mas ativo no Balanço (separadamente) quando a quantia não exceda a quantia correspondente da provisão. Exceção à regra deverá ser divulgado no anexo quando existir um direito legal e a entidade tiver intenção de usar.		
Dispêndios/Despesas de Carácter Ambiental	Reconhecidos como gastos no período em que ocorrem quando não satisfaçam as condições para reconhecimento com ativo e não proporcionam benefícios económicos futuros, tendo impacto na Demonstração de Resultados.		
	Reconhecidos como ativos quando incorridos para evitar ou reduzir danos futuros ou para preservar recursos, proporcionem benefícios económicos no futuro e satisfaçam as condições para o reconhecimento como ativo. Tem impacto no balanço e devem ser capitalizados e amortizados no período corrente, de uma forma sistemática ao longo da sua vida económica útil esperada.		
Imparidade de Ativos/Diminuição do valor dos Ativos	Deve ser reconhecida quando a quantia recuperável (valor de uso) do ativo seja inferior à sua quantia escriturada (valor inicial menos depreciações/amortizações acumuladas). A diferença deve ser imputada a resultados do período na DR.		
Provisões para Restauro de Locais Contaminados e Desmantelamento	Reconhecer no balanço. À exceção dos dispêndios relacionados com o restauro de locais, remoção dos desperdícios acumulados, paragem ou remoção de ativos, que devem de ser reconhecidos na data em que tiver início a atividade da entidade e surgir a obrigação. Este dispêndio é incluído como parte do custo do ativo relacionado que vai ser desmantelado e removido, sendo capitalizado e amortizado como parte da quantia depreciável desse ativo.		
	No caso de restauro de locais e de custo de desmantelamento respeitantes a operações a longo prazo, a constituição gradual de uma provisão para esses gastos é uma opção permitida, ou seja, reconhecer durante o período relativo às operações, sendo os gastos imputados como um gasto em cada período contabilístico e o saldo resultante evidenciado separadamente como passivos.		Omissa

Fonte: Elaboração própria, a partir DC 29, NCRF 26 e Recomendação de 30 Maio de 2001

**Anexo IV – Comparação entre os Normativos em termos de Mensuração**

	DC 29	NCRF 26	Recomendação de 30 de Maio de 2001
Passivo de Carácter Ambiental	Quando puder ser feita uma estimativa fiável (a melhor de todas as efetuadas) dos dispêndios para liquidar a obrigação. Deve ser feita uma estimativa da quantia total do passivo, independentemente da data em que esses ativo deva ser liquidado.		
	É permitida a constituição gradual da quantia total do passivo ao longo do período durante o qual a entidade efetue as suas operações.	A constituição progressiva do montante integral do passivo ao longo do período durante o qual a empresa efetua as suas operações é autorizada nos termos do nº 1 do Artº 20 da 4ª diretiva.	
	<p>Ao mensurar a quantia deve-se ter em conta:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Dispêndios/gastos incrementados/marginais diretos de esforço de reparação;</li> <li>b) Remuneração e prestações pagas aos trabalhadores que dedicam uma parte significativa do seu tempo de trabalho ao processo de restauração;</li> <li>c) Obrigações de controlo após reparação dos danos; e progresso tecnológico.</li> </ul>		

**Fonte:** Elaboração própria, a partir DC 29, NCRF 26 e Recomendação de 30 Maio de 2001

**Anexo V – Comparação entre os Normativos em termos de Divulgação**

	DC 29	NCRF 26	Recomendação de 30 de Maio de 2001
No Relatório de Gestão	a) Políticas e programas relativamente às medidas de proteção ambiental; b) Implementação de medidas de proteção ambiental; c) Melhorias efetuadas em áreas-chave da proteção ambiental e as razões para desvios significativos; d) Tipos de problemas ambientais associados à atividade, informação sobre o seu desempenho ambiental (consumo de matérias-primas, consumo de energia, consumo de água, emissões, remoção de resíduos); e) Se a entidade emitir um relatório ambiental separado, deve ser feita uma referência a esse relatório.		
De Provisões de Carácter Ambiental	Apresentadas no balanço sob a rubrica “Outras provisões para riscos e encargos”.	Apresentadas no balanço sob a rubrica “Outras Provisões”. Caso sejam significativas convém que os passivos de carácter ambiental sejam evidenciados separadamente no rosto do balanço. Caso contrário, deverão ser evidenciados separadamente no anexo às contas, nos termos do Artº 42 da quarta diretiva e do nº1 do Artº 49 da sétima diretiva.	Omissa, quanto à denominação apresentar na divulgação.
No ABDR /Anexo	a) Critérios de mensuração adotados e métodos utilizados no cálculo dos ajustamentos de valor; b) Incentivos públicos relacionados com a proteção ambiental e tratamento contabilístico adotado; c) Informações sobre as provisões de carácter ambiental; d) Passivos de carácter ambiental, materialmente relevante, incluídos no balanço; e) Para cada passivo de carácter ambiental materialmente relevante, descrição da natureza, calendário e condições de liquidação; f) Caso tenha sido utilizado o método do valor presente deve ser divulgada a quantia não descontada e a taxa de desconto utilizada; g) Passivos contingentes de carácter ambiental; h) Quantia de dispêndios de carácter ambiental capitalizadas; i) Quantia dos dispêndios de carácter ambiental imputados a resultados e base em que tais quantias foram calculadas; j) Os dispêndios incorridos com multas e outras penalidades pelo não cumprimento dos regulamentos ambientais e indemnizações pagas a terceiros; k) Dispêndios de carácter ambiental extraordinário (não correntes) imputados a resultados.		
	Politica contabilística adotada no caso de gastos de longo prazo referente ao restauro dos locais, ao encerramento e desmantelado.		Omissa, tal como é no reconhecimento.

Fonte: Elaboração própria, a partir DC 29, NCRF 26 e Recomendação de 30 Maio de 2001

### Anexo VI – Apêndice de DC 29

Apêndice da DC 29
Definidos os “domínios” de dispêndios de proteção ambiental: emissão para a atmosfera (proteção do ar e do clima), gestão das águas residuais, gestão dos resíduos, proteção dos solos e das águas subterrâneas, diminuição do ruído e vibrações e proteção da natureza.
Os dispêndios de proteção ambiental incluem os dispêndios de carácter ambiental registados em contas de gastos e perdas (dispêndios correntes) e os dispêndios de carácter ambiental capitalizados no ativo.

**Fonte:** Elaboração própria, a partir da Apêndice de DC 29

### Anexo VII – Comparação entre os Normativos em termos de Reconhecimento

	IT 4	Apêndice da NCRF 26	IFRIC 3
Licenças de emissão de GEE	Reconhecimento como ativo intangível.		
Licenças adquiridas a título gratuito	Reconhecidas como subsídio (rendimento diferido)	Reconhecimento de subsídio (capital próprio)	Se for um subsídio governamental, este deverá ser reconhecido como rendimento diferido.
Responsabilidade do operador pela emissão de gases (licenças detidas)	A responsabilidade deve ser reconhecida como um passivo por contrapartida de um custo/gasto.		
Responsabilidade do operador pela emissão de gases (licenças não detidas)	A responsabilidade deve ser reconhecida como uma provisão.		

**Fonte:** Elaboração própria, a partir IT 4, Apêndice da NCRF 26 e IFRIC 3

### Anexo VIII – Comparação entre os Normativos em termos de Mensuração inicial

	IT 4	Apêndice da NCRF 26	IFRIC 3
Licenças adquiridas a título gratuito	Mensuradas pelo justo valor.		
Licenças adquiridas a título oneroso	Mensuradas pelo custo	Mensuradas pelo justo valor	Mensuradas pelo custo

**Fonte:** Elaboração própria, a partir IT 4, Apêndice da NCRF 26 e IFRIC 3

### Anexo IX – Comparação entre os Normativos em termos de Mensuração Subsequente

	IT 4	Apêndice da NCRF 26	IFRIC 3
Responsabilidade do operador pela emissão de gases (licenças detidas)	Mensuradas segundo a fórmula de custeio FIFO.		Omissa
Responsabilidade do operador pela emissão de gases (licenças não detidas)	As emissões de gases com efeito de estufa acima das licenças detidas devem ser reconhecidas como uma provisão. A quantia reconhecida como uma provisão corresponde ao justo valor das licenças necessárias para liquidar.		

**Fonte:** Elaboração própria, a partir IT 4, Apêndice da NCRF 26 e IFRIC

**Anexo X – Comparação entre os Normativos em termos de Divulgação**

	IT 4	Apêndice da NCRF 26	IFRIC 3
Emissões de GEE	Em toneladas de CO <sub>2</sub> equivalente, e a respetiva valorização (período N-1 e N)		Omissa
Licenças de emissão de GEE	Em toneladas de CO <sub>2</sub> e respetivas quantias (período N-1 e N): Atribuídas, adquiridas, alienadas e insuficiência/excedente.		
Penalizações	Multas, coimas e sanções acessórias relacionadas com a emissão de gases com efeito de estufa (período N-1 e N).		
Licenças detidas	Justo valor das licenças detidas.		

**Fonte:** Elaboração própria, a partir IT 4, Apêndice da NCRF 26 e IFRIC 3

**Anexo XI – Objetivos do Normativo**

NCRF 26	IAS 37 (ou IAS 16 ou IAS 36)
Estabelecer critérios de reconhecimento, mensuração e divulgação relativos aos dispêndios de carácter ambiental; os passivos e riscos ambientais e aos ativos com eles relacionados resultantes de transações e acontecimentos que afetem ou possam afetar a posição financeira e os resultados da entidade.	Estabelece critérios de reconhecimento, mensuração e divulgação relativos a provisões, passivos e ativos contingentes, para que seja divulgada a informação suficientemente relevante nas notas às DF.

**Fonte:** Elaboração própria, a partir da NCRF 26 e IAS 37

**Anexo XII – Âmbito dos Normativos**

NCRF 26	IAS 37 (ou IAS 16 ou IAS 36)
DF individuais e consolidadas anuais e relatório de gestão no que diz respeito a matérias ambientais. Não se aplica a Relatórios Ambientais, exceto quando seja necessário assegurar coerência com as DF e relatórios de gestão.	Aplica-se a todas as empresas no âmbito da contabilização de provisões, passivos e ativos contingentes. Não se aplica aos instrumentos financeiros registados pelo justo valor, contratos executórios e a contratos com seguradoras. Caso, exista outra norma relativo a provisões, essa norma deve ser utilizada ao invés desta.

**Fonte:** Elaboração própria, a partir da NCRF 26 e IAS 3

**Anexo XIII- Comparação entre Normativos em termos de Reconhecimento**

	NCRF 26	IAS 37 (ou IAS 16 ou IAS 36)
Passivos de Carácter Ambiental	Reconhecido quando seja provável que uma saída de recursos incorporando benefícios económicos resulte da liquidação de uma obrigação (legal ou contratual, construtiva/implícita) presente de carácter ambiental, que tenha surgido em consequência de acontecimentos passados e se a quantia possa ser mencionada com fiabilidade.	
	Caso exista, à data de balanço uma obrigação cuja natureza esteja claramente definida e seja suscetível de originar uma saída de recursos incorporando benefícios económicos e mensurar o seu valor de forma fiável, mas de quantia ou data incerta, deve reconhecer-se provisão.	
	Quando não seja possível fazer uma estimativa fiável dos gastos, deve-se divulgar um passivo contingente.	
Passivos Contingentes/eventuais de Carácter Ambiental	Reconhecidos quando existe a possibilidade de que um dano ambiental deva ser reparado no futuro, mas essa obrigação seja ainda dependente da ocorrência de um acontecimento incerto, então deve-se divulgar no Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados (ABDR), bem como as razões pelas quais não possa ser feita uma estimativa fiável.	
	Quando a possibilidade de a entidade ter de incorrer num dispêndio de carácter ambiental por remota ou se tal dispêndio não for materialmente relevante, então não se deve reconhecer e nem divulgar nada.	
Compensação de Passivos e Reembolsos Esperados	Reconhecida se a entidade prever que os dispêndios relacionados com um passivo de carácter ambiental sejam reembolsáveis por uma outra parte, esse reembolso apenas será reconhecido quando seja virtualmente certo que será recebido caso a entidade liquide tal obrigação.	
	Um reembolso esperado de um terceiro não deverá ser compensado com um passivo de carácter ambiental, mas ativo no Balanço (separadamente) quando a quantia não exceda a quantia correspondente da provisão. Exceção à regra, deverá ser divulgado no anexo quando existir um direito legal e a entidade tiver intenção de usar.	Um reembolso esperado de um terceiro não deverá ser compensado com um passivo de carácter ambiental, mas ativo no Balanço (separadamente) quando a quantia não exceda a quantia correspondente da provisão.
Dispêndios/Despesas de Carácter Ambiental	Reconhecidos como gastos no período em que ocorrem quando não satisfaçam as condições para reconhecimento com ativo e não proporcionam benefícios económicos futuros, tendo impacto na Demonstração de Resultados.	Aplica-se a IAS 16, que define que um gasto com ativo tangível, deve ser reconhecido como ativo se, e apenas se: ✓ For provável que futuros benefícios económicos associados ao item fluirão para a entidade; e ✓ O custo do item puder ser mensurado fiavelmente.
	Reconhecidos como ativos quando incorridos para evitar ou reduzir danos futuros ou para preservar recursos, proporcionem benefícios económicos no futuro e satisfaçam as condições para o reconhecimento como ativo. Tem impacto no balanço e devem ser capitalizados e amortizados no período corrente, de uma forma sistemática ao longo da sua vida económica útil esperada.	Os sobressalentes principais e equipamentos de reserva classificam-se como ativos fixos tangíveis quando uma entidade espera usá-los durante mais do que um período.



## Passivo Ambiental: Estudo de Caso

Imparidade de Ativos/Diminuição do valor dos Ativos	Deve ser reconhecida quando a quantia recuperável (valor de uso) do ativo seja inferior à sua quantia escriturada (valor inicial menos depreciações/amortizações acumuladas). A diferença deve ser imputada a resultados do período na DR.	<p>Aplica-se a IAS 36 que, define que uma perda por imparidade deve ser imediatamente reconhecida nos lucros ou prejuízos, a não ser que o ativo seja escriturado pela quantia revalorizada de acordo com outra norma.</p> <p>Um ativo não revalorizado é reconhecido nos lucros ou prejuízos. Porém, uma perda por imparidade integral até ao ponto em que a perda por imparidade não excede a quantia no excedente de revalorização do mesmo ativo. Quando a quantia estimada de uma perda por imparidade for superior à quantia escriturada do ativo com o qual se relaciona, uma entidade deve reconhecer um passivo se, e apenas se, tal for exigido por uma outra norma.</p>
Provisões para Restauro de Locais Contaminados e Desmantelamento	Reconhecer no balanço. À exceção dos dispêndios relacionados com o restauro de locais, remoção dos desperdícios acumulados, paragem ou remoção de ativos, que devem de ser reconhecidos na data em que tiver início a atividade da entidade e surgir a obrigação. Este dispêndio é incluído como parte do custo do ativo relacionado que vai ser desmantelado e removido, sendo capitalizado e amortizado como parte da quantia depreciável desse ativo.	Quando a estimativa inicial dos gastos de desmantelamento e remoção do ativo ou da restauração do local onde o mesmo ativo se encontra deve também ser reconhecida uma provisão, desde que os critérios de reconhecimento de uma provisão se encontrem satisfeitos.

Fonte: Elaboração própria, a partir da NCRF 26 e IAS 37

### Anexo XIV - Comparação entre Normativos em termos de Mensuração

	NCRF 26	IAS 37 (ou IAS 16 ou IAS 36)
Passivo de Carácter Ambiental	Quando puder ser feita uma estimativa fiável (a melhor de todas as efetuadas) dos dispêndios para liquidar a obrigação. Deve ser feita uma estimativa da quantia total do passivo, independentemente da data em que esses ativo deva ser liquidado.	Quando puder ser feita uma estimativa fiável dos dispêndios para liquidar a obrigação no fim do período de relato é reconhecida como uma provisão.
	É permitida a constituição gradual da quantia total do passivo ao longo do período durante o qual a entidade efetue as suas operações.	A melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação no presente é a mesma que uma entidade racionalmente pagaria para liquidar a obrigação no fim do período de relato.
	<p>Ao mensurar a quantia deve-se ter em conta:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Dispêndios/gastos incrementados/marginais diretos de esforço de reparação;</li> <li>✓ Remuneração e prestações pagas aos trabalhadores que dedicam uma parte significativa do seu tempo de trabalho ao processo de restauração;</li> <li>✓ Obrigações de controlo após reparação dos danos; e progresso tecnológico.</li> </ul>	<p>Ao mensurar a quantia deve-se ter em conta:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ A dimensão da população (grande população utiliza-se o método estatístico “ valor esperado”, quando a escala é contínua é usado o ponto médio);</li> <li>✓ Uma única obrigação, com desfecho individual mais provável pode ser a melhor estimativa do passivo;</li> <li>✓ A provisão é mensurada antes dos impostos.</li> </ul>

Fonte: Elaboração própria, a partir da NCRF 26 e IAS 37

**Anexo XV – Comparação entre os Normativos em termos de Divulgação**

	NCRF 26	IAS 37 (ou IAS 16 ou IAS 36)
No Relatório de Gestão	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Políticas e programas relativamente às medidas de proteção ambiental;</li> <li>✓ Implementação de medidas de proteção ambiental;</li> <li>✓ Melhorias efetuadas em áreas-chave da proteção ambiental e as razões para desvios significativos; Tipos de problemas ambientais associados à atividade, informação sobre o seu desempenho ambiental (consumo de matérias-primas, consumo de energia, consumo de água, emissões, remoção de resíduos);</li> <li>✓ Se a entidade emitir um relatório ambiental separado, deve ser feita uma referência a esse relatório.</li> </ul>	
De Provisões de Carácter Ambiental	Apresentadas no balanço sob a rubrica “Outras provisões para riscos e encargos”.	
No ABDR /Anexo	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Critérios de mensuração adotados e métodos utilizados no cálculo dos ajustamentos de valor;</li> <li>✓ Incentivos públicos relacionados com a proteção ambiental e tratamento contabilístico adotado;</li> <li>✓ Informações sobre as provisões de carácter ambiental;</li> <li>✓ Passivos de carácter ambiental, materialmente relevante, incluídos no balanço;</li> <li>✓ Para cada passivo de carácter ambiental materialmente relevante, descrição da natureza, calendário e condições de liquidação;</li> <li>✓ Caso tenha sido utilizado o método do valor presente deve ser divulgada a quantia não descontada e a taxa de desconto utilizada; Passivos contingentes de carácter ambiental;</li> <li>✓ Quantia de dispêndios de carácter ambiental capitalizadas;</li> <li>✓ Quantia dos dispêndios de carácter ambiental imputados a resultados e base em que tais quantias foram calculadas;</li> <li>✓ Os dispêndios incorridos com multas e outras penalidades pelo não cumprimento dos regulamentos ambientais e indemnizações pagas a terceiros;</li> <li>✓ Dispêndios de carácter ambiental extraordinário (não correntes) imputados a resultados.</li> </ul>	<p>Para cada classe de provisão, uma empresa deve divulgar:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ A quantia escriturada no começo e no fim do período;</li> <li>✓ As provisões adicionais feitas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes;</li> <li>✓ As quantias usadas, isto é, incorridos e debitadas à provisão durante o período;</li> <li>✓ Quantias não usadas revertidas durante o período;</li> <li>✓ O aumento durante o período na quantia descontada proveniente da passagem do tempo e o efeito de qualquer alteração na taxa de desconto;</li> <li>✓ Importante referir a natureza da obrigação bem como as expectativas de exfluxos de benefícios económicos que resultem da obrigação;</li> <li>✓ Deve mencionar a quantia de reembolsos que a empresa espera receber;</li> </ul>
	Política contabilística adotada no caso de gastos de longo prazo referente ao restauro dos locais, ao encerramento e desmantelado.	

Fonte: Elaboração própria, a partir da NCRF 26 e IAS 37

**Anexo XVI – Resumo das linhas gerais da norma NCRF 26**

Resumo NCRF nº 26	
Objetivo (§ 1 e 2)	<p>1) Prescrever os critérios para o reconhecimento, mensuração e divulgação relativos aos dispêndios de carácter ambiental, aos passivos e riscos ambientais e aos ativos com eles relacionados resultantes de transações e acontecimentos que afetem, ou sejam suscetíveis de afetar, a posição financeira e os resultados da entidade relatada.</p> <p>2) O tipo de informação ambiental que é apropriado divulgar, relativamente à atitude da entidade face às matérias ambientais e ao comportamento ambiental da entidade, na medida em que possam ter consequências para a sua posição financeira.</p>
Âmbito (§ 3 e 4)	<p>3) Aplicada às informações a prestar nas DF e no relatório de gestão das entidades no que diz respeito a matérias ambientais, devendo os critérios de reconhecimento e mensuração ser aplicados de forma consistente a todas as entidades que sejam objeto de consolidação.</p> <p>4) Não se aplica a relatórios com fins específicos, como por exemplo os relatórios ambientais, exceto quando se considere adequado articular as DF e os relatórios de gestão com os relatórios ambientais separados com vista a assegurar a coerência das informações nelas contidas.</p>
Definições (§ 5 a 11)	<p><b>Definições de carácter genérico (§ 5)</b></p> <p>Acontecimento que cria obrigações</p> <p>Ativo contingente</p> <p>Contrato oneroso</p> <p>Gastos com a alienação</p> <p>Obrigação construtiva</p> <p>Obrigação legal</p> <p>Passivo</p> <p>Passivo contingente</p> <p>Perda por imparidade</p> <p>Preço de venda liquido</p> <p>Provisão</p> <p>Quantia escriturada</p> <p>Quantia recuperável</p> <p>Reestruturação</p> <p>Valor de uso</p> <p><b>Definições de carácter específico (§ 6 a 11)</b></p> <p>6) Ambiente: refere-se ao meio físico natural, incluindo o ar, a água, a terra, a fauna e os recursos não renováveis como por exemplo os combustíveis fósseis e os minerais.</p> <p>7) Dispêndios de carácter ambiental: incluem os custos das medidas tomadas por uma entidade ou, em seu nome, por outras entidades, para evitar, reduzir ou reparar danos de carácter ambiental decorrentes das suas atividades. Estes custos incluem, entre outros, a eliminação de resíduos ou as iniciativas destinadas a evitar a sua formação, a proteção dos solos e</p>

## Passivo Ambiental: Estudo de Caso

	<p>das águas superficiais e subterrâneas, a preservação do ar puro e das condições climáticas, a redução do ruído e a proteção da biodiversidade e da paisagem. Incluem-se igualmente no conceito de dispêndios de carácter ambiental os custos adicionais identificáveis cujo objetivo principal consista em evitar, reduzir ou reparar danos de carácter ambiental.</p> <p>8) Caso não seja possível separar a quantia dos custos adicionais de carácter ambiental relativamente a outros custos nos quais possam estar integrados, pode fazer-se uma estimativa para a sua mensuração, na condição de a quantia obtida satisfazer o requisito de ter como objetivo principal a prevenção, a redução ou a reparação de danos ambientais.</p> <p>9) Os custos incorridos suscetíveis de produzir efeitos benéficos para o ambiente, mas cujo objetivo principal consistia em dar resposta a outras necessidades, como por exemplo um aumento da rentabilidade, a sanidade e a segurança nos locais de trabalho, a segurança na utilização dos produtos da entidade ou a eficiência produtiva, devem ser excluídos do conceito de dispêndios de carácter ambiental.</p> <p>10) Os dispêndios incorridos em consequência de multas ou outras penalidades, pelo não cumprimento da regulamentação ambiental, bem como as indemnizações a terceiros em consequência de perdas ou danos provocados por poluição ambiental no passado, são também excluídos do conceito de dispêndios de carácter ambiental, embora sujeitos a divulgação.</p>	
<p>Reconhecimento (§12 a 34)</p>	<p>De passivos de carácter ambiental De dispêndios de carácter ambiental</p>	<p>Reconhecimento de passivos sempre que ocorra uma obrigação legal ou construtiva relativa a danos ambientais (§ 12 e 14) Reconhecimento de ativos e passivos com base em estimativas fiáveis (§ 15 e 16) Em caso de não fiabilidade das estimativas, apenas divulgação no Anexo. E, caso não seja materialmente relevante, não é necessário divulgar (§ 17 e 18) Reconhecimento do reembolso, apenas quando seja virtualmente certo de que será recebido. Não deverá ser compensado com um passivo de carácter ambiental e deverá ser divulgado no Anexo, quantia total do passivo e reembolso esperado (§ 19 a 22) Dispêndios de carácter ambiental, em regra tratados como gastos do período (§ 23 e 24) Possibilidade de capitalização de dispêndios se estiverem satisfeitos os requisitos de ativo (§ 25 a 31) Imparidade de ativos (§ 32 a 34)</p>
<p>Mensuração (§35 a 46)</p>	<p>Dos passivos ambientais</p>	<p>Seleção da melhor estimativa possível, em função da natureza, tempestividade e probabilidade da ocorrência de futuras liquidações (§ 35 a 39) Possibilidade de constituição gradual das quantias de passivos ambientais (§40 a 41) Passivos ambientais de longo prazo: possibilidade de uso do valor presente/descontado dos fluxos de caixa futuros ou do custo corrente (§ 42 a 46)</p>
<p>Apresentação e Divulgação (§47 a 49)</p>	<p>No relatório de gestão</p> <p>No Anexo</p>	<p>Políticas e programas de proteção ambiental Grau de implementação dos programas ambientais Melhorias ambientais conseguidas Indicadores de ecoeficiência</p> <p>Políticas contabilísticas nos ativos e passivos ambientais, especialmente nos passivos ambientais de longo prazo Critérios de mensuração de ativos e passivos Quantias dos passivos ambientais, separando as quantias descontadas das não descontadas Contingências de carácter ambiental</p>

Fonte: Adaptado de Cipriano (2008) e Pires (2009) e Eugénio (2010)